



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

*Na Abertura da 4.^a Sessão
Legislativa da 47.^a Legislatura*



1986

A Coleção Documentos da Presidência da República tem a finalidade de fornecer ao leitor os diversos documentos que registram o exercício do mandato presidencial, permitindo seu exame e julgamento por estudiosos e interessados.

Publicada em diversas séries, identificadas com diferentes cores de capa, que seguem a ordem cronológica, e divididas em um volume por ano. São, até o momento: 1) *Discursos* (incluindo também entrevistas coletivas e algumas mensagens); 2) *Mensagens ao Congresso* (na abertura das sessões legislativas); 3) *Conversas ao Pé do Rádio* (programas de rádio e televisão); 4) *Fotografias*; 5) *Vária* (diversos documentos, como cartas de crianças e populares ao Presidente, apresentados em edições especiais).

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

DOCUMENTOS DA PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



JOSÉ SARNEY
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ministros:

PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO
Ministro de Estado da Justiça

HENRIQUE SABÓIA
Ministro de Estado da Marinha

LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES
Ministro de Estado do Exército

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ
Ministro de Estado das Relações Exteriores

DILSON DOMINGOS FUNARO
Ministro de Estado da Fazenda

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Ministro de Estado dos Transportes

IRIS REZENDE MACHADO
Ministro de Estado da Agricultura

JORGE KONDER BORNHAUSEN
Ministro de Estado da Educação

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Ministro de Estado do Trabalho

OCTÁVIO JÚLIO MOREIRA LIMA
Ministro de Estado da Aeronáutica

ROBERTO FIGUEIRA SANTOS
Ministro de Estado da Saúde

JOSÉ HUGO CASTELO BRANCO
Ministro de Estado da Indústria e do Comércio

ANTONIO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA
Ministro de Estado das Minas e Energia

RONALDO COSTA COUTO
Ministro de Estado do Interior

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES
Ministro de Estado das Comunicações

RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

CELSO MONTEIRO FURTADO
Ministro de Estado da Cultura

DENI LINEU SCHWARTZ
Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano

RENATO BAYMA ARCHER DA SILVA
Ministro de Estado de Ciência e da Tecnologia

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

RUBENS BAYMA DENYS
Ministro de Estado Chefe do Gabinete Militar

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil

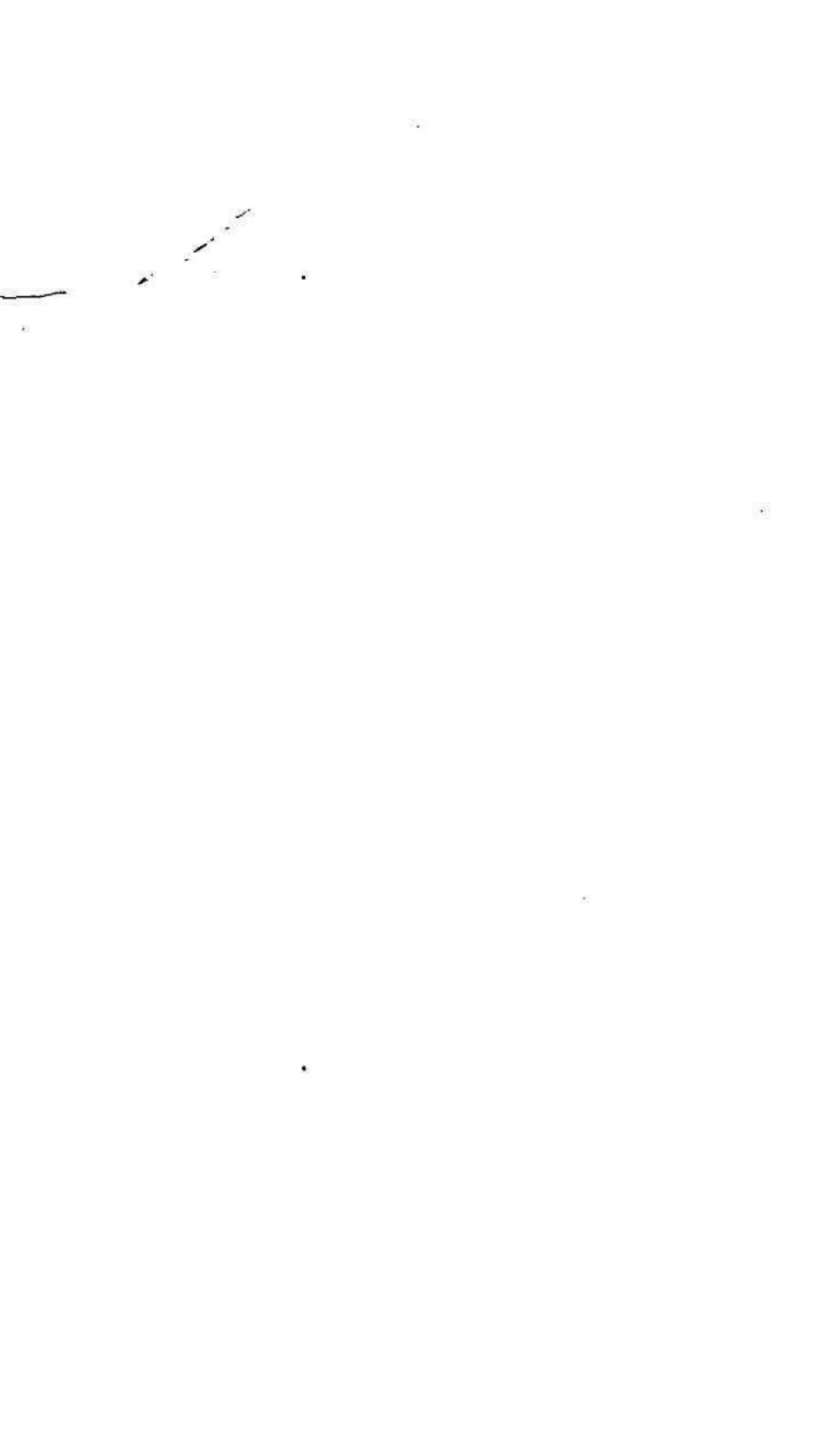
IVAN DE SOUZA MENDES
Ministro de Estado Chefe do Serviço Nacional de Informações

JOSÉ MARIA DO AMARAL OLIVEIRA
Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

JOÃO SAYAD
Ministro de Estado Chefe da Secretaria do Planejamento

ALUÍZIO ALVES
Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração

VICENTE CAVALCANTE FILHO
Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação



PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL

*Na Abertura da 4.^a Sessão
Legislativa da 47.^a Legislatura*



1986

Brasil. Presidente. 1986-1991 (J. Sarney)

Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 4.^a sessão legislativa da 47.^a legislatura. Brasília, Presidência da República, 1986.

150 p. (Documentos da Presidência da República. Mensagens ao Congresso Nacional)

ISSN 0102-9878

CDU 354(81) (087.2)

1. República Federativa do Brasil — Mensagens Presidenciais, 1986. I. Série. II. Título.

SUMÁRIO

Pág.

I. INTRODUÇÃO

II. O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

1. <i>A Economia Brasileira em 1985</i>	27
Crescimento	27
Emprego	28
Salários	29
Bem-Estar	30
Contas Externas	30
Déficit Público	32
Inflação	35

III. PERSPECTIVA E PRIORIDADES PARA 1986

1. <i>Inflação e Crescimento</i>	41
O Programa de Mudanças	41
O Pacto Social	43
A Política de Abastecimento	43
Sustentação do Crescimento	44

	Pág.
2. <i>A Prioridade Social</i>	47
Ações Permanentes e Mudanças Estruturais	48
Atendimento Direto às Necessidades Básicas	50
Alimentação e Nutrição	51
Saúde	52
Educação	53
Habitação e Infra-Estrutura Urbana	54
Justiça e Segurança	54
Previdência e Assistência Social	55
Transporte Urbano de Massa	56
3. <i>Administração Pública</i>	57
A Reforma Administrativa	57
Privatização	58
Controle do Setor Público	59
Reforma Tributária e Descentralização	61
4. <i>A Questão da Dívida Externa</i>	63
 IV. APÊNDICE ESTATÍSTICO	
Produto Interno Bruto	69
Produto Interno Bruto — Taxas de Variação Setoriais	69
Emprego Industrial	70
Taxas de Desemprego	70
Salário Real	71
Comércio Exterior	72
Taxa de Variação dos Preços	72
Dívida Externa, Reservas Internacionais e Indicadores Relativos de Endividamento Externo	73
 V. ATIVIDADE SETORIAL	
Ministério da Justiça	77
Ministério da Marinha	79
Ministério do Exército	81
Ministério das Relações Exteriores	83
Ministério dos Transportes	87
Ministério da Agricultura	90
Ministério da Educação	93
Ministério do Trabalho	96
Ministério da Aeronáutica	100
Ministério da Saúde	103

	Pág.
Ministério da Indústria e do Comércio	108
Ministério das Minas e Energia	111
Ministério do Interior	114
Ministério das Comunicações	118
Ministério da Previdência e Assistência Social	121
Ministério da Cultura	124
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	127
Ministério da Ciência e Tecnologia	133
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário	136
Estado-Maior das Forças Armadas	140
Programa Nacional de Desburocratização	144
Administração do Serviço Público	147

I — INTRODUÇÃO

SENHORES MEMBROS
DO CONGRESSO NACIONAL,

Cumpro com honra e orgulho o dever constitucional de prestar contas do trabalho do Governo, ao Congresso Nacional e à Nação, no instante em que se instala a presente Sessão Legislativa.

Esta Casa é a instituição maior da democracia. Nela se realiza a mais importante participação da sociedade nas decisões de governo, condição indispensável para que o Estado, no interesse do corpo social que lhe dá sentido e existência, cumpra suas finalidades.

Devolvido ao exercício de seu papel, o Congresso Nacional tem hoje participação vital na consolidação da democracia. A começar pela própria dignificação do instrumento da representação popular.

A Nação está em paz. Busca a prosperidade e desfruta a liberdade, sob o império da lei. As instituições nacionais cumprem o seu papel. Os poderes da

de sua grandeza, os ensinamentos de sua experiência e fiz-me cumpridor voluntário de seus compromissos.

No trilhar desse caminho generosamente aberto pela capacidade de entendimento e conciliação dos políticos que somos, o Congresso Nacional assumiu plenamente suas responsabilidades. A ação dos partidos foi decisiva para marcar os limites amplos da democracia restaurada. Quer pelo restabelecimento da liberdade de organização partidária, quer pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, pela devolução da autonomia municipal, ampliação da anistia, aprimoramento da legislação eleitoral, concessão do direito de voto aos analfabetos.

Reintegrado em suas prerrogativas, o Congresso contribuiu de forma decisiva para materializar o processo de mudanças. A reforma da legislação fiscal, no sentido de torná-la mais justa; a regulamentação de emenda constitucional que ampliou significativamente os recursos públicos destinados à educação; a expressa solidariedade dos partidos à reforma agrária que estamos empreendendo são testemunhos eloqüentes e definitivos de que o Congresso retomou seu papel de liderança na vida política brasileira.

Ressalto, especialmente, dois aspectos fundamentais de meu Governo: o cumprimento dos compromissos de mudança do programa da Aliança Democrática e a superação definitiva das incertezas do passado que marcaram, de forma profunda e dramática, o alheamento entre Estado e Nação, Governo e sociedade, poder e cidadãos.

Para esse reencontro, está sendo fundamental a postura de probidade adotada pelo Governo. Mais que um simples preceito, probidade é o princípio ético de que não se afasta, no exercício de suas funções, o Governo da Nova República. Os padrões de escrupuloso respeito ao interesse coletivo e ao patrimônio público contribuíram sem dúvida para que pudéssemos

atingir resultados promissores na repressão de abusos e fraudes, na prevenção do uso ilegítimo e arbitrário da função pública. O Governo não só exige, o Governo impõe austeridade no seu próprio desempenho. É com esses recursos que enfrentamos os desafiantes obstáculos com os quais ainda nos deparamos.

A opção social prioritária marca a meta do futuro. A ação presente é a luta pelo reajustamento económico: uma economia mais justa, mais eficiente, mais forte. Busca-se atingir ao mesmo tempo três objetivos, aparentemente inconciliáveis mas perfeitamente factíveis: manter o desenvolvimento, combater a inflação e eliminar a intromissão indevida do Estado na economia. Além de, no plano externo, renegociar as dívidas sem manchar a soberania nacional. Metas de tal abrangência não se atingem, obviamente, sem sacrifícios. Sacrifícios, no entanto, que não recaem sobre os mais pobres, nem impedem a progressão da classe média.

A persistente espiral inflacionária, condicionada por fatores estruturais e agravada por outros que emergem conjunturalmente, está sendo atacada simultaneamente em todas as frentes.

Temos que reconhecer, porém, que ao lado desses fatores enfrentamos também dificuldades internas, às quais sempre se debitou a tibieza do Governo no combate à inflação. A causa mais frequentemente apontada era, sem dúvida, a persistência do déficit público, cujo financiamento alimentou o processo de expansão dos índices inflacionários. São conhecidos de toda a Nação os resultados obtidos: foi possível contê-lo em níveis aceitáveis em 1985 e deter seu crescimento nos dois primeiros meses de 1986. Coragem não nos faltou, inclusive com as tão importantes medidas da criação do orçamento único e da centralização de emissões monetárias. E, destaque-se, conseguimos

fazê-lo sem abdicar do crescimento econômico, do aumento do emprego, da redistribuição da renda.

A inflação não é apenas o mais injusto dos tributos, que se cobra de toda a sociedade indistintamente; é, sobretudo, inominável iniquidade contra os que não têm meios de defender-se de seus efeitos. Esta é a razão principal por que o esforço de contenção inflacionária, visando assegurar estabilidade do processo de crescimento, é também preocupação social.

Fui obrigado ontem, na defesa da segurança econômica do País, a decretar as medidas mais graves do meu Governo, criando uma nova moeda, extinguindo a correção monetária generalizada, congelando os preços e tomando outras providências de profundidade.

Dada a natureza sigilosa da medida e suas repercussões na economia, usei da prerrogativa constitucional do decreto-lei. Essas medidas visam a combater a inflação, que se transformou no maior inimigo do País, chegando a índices que podiam fugir a qualquer controle e destruindo a sociedade, punindo os mais pobres, os assalariados.

Tenho a consciência tranqüila de que o fiz no interesse do País, com a coragem que não pode estar ausente das decisões maiores.

Devo, contudo, salientar que o sucesso que nisso obtivermos, Senhores Congressistas, não será êxito pessoal do Presidente da República, triunfo do Governo; será vitória de toda a Nação.

O ano de 1986 é decisivo para consolidar o muito que alcançamos no que toca à conciliação nacional, através de pacto político e social, livre e soberanamente convencionado pelos representantes do povo brasileiro, na Assembléia Nacional Constituinte: O projeto de institucionalização democrática de regime politicamente estável, economicamente próspero e so-

cialmente justo, é a base fundamental para que possamos cimentar o caminho do futuro, neste limiar do novo século.

Nossas dificuldades, Senhores Congressistas, são superáveis, removíveis. Construimos uma sociedade tolerante, democrática, pacífica e vocacionada para o progresso. A expressão material com que contamos não se avalia apenas pelas condições que temos de enfrentar os efeitos das crises externas, na medida em que quase 90 por cento de nossa produção volta-se para o mercado interno e em que porcentagem quase igual de todo o nosso produto é oriunda de insumos, bens e matérias-primas daqui extraídas, elaboradas e beneficiadas.

Nossa pauta de exportações é hoje extremamente diversificada; a ampliação de nossa presença no mundo não se evidencia só pela expressão política de nossa importância, nem pela expressão econômica de nosso comércio, mede-se, também, pela capacidade de exportar técnicas e serviços, e gerar tecnologias adequadas à exploração racional do potencial de recursos naturais.

A coerência de nossa diplomacia, respeitando o direito internacional, e aspirando à paz e à democracia, favorece, sem dúvida, a multiplicação de nossa presença no cenário internacional. Não há, aliás, no mundo de hoje poder sem sua vertente externa. E o fim do século, nesse sentido, abre novas perspectivas para o Brasil e outras nações emergentes, quer nas conversações Norte/Sul, quer nas Leste/Oeste. O diálogo entre os países ricos do primeiro mundo e aqueles em vias de conquistar afluência econômica, estabilidade política e a harmonia social será tão mais justo quanto maior for a capacidade política de enfrentarmos, com a arma de nossa potencialidade e esforço de desenvolvimento científico, as dissensões geradas pelo

desequilíbrio do poder mundial. A interdependência entre as nações será fato tão mais palpável quanto maior for sua capacidade de desenvolver novas técnicas, buscar recursos alternativos e manter expectativas de desenvolvimento para toda a sociedade, e não apenas para parte dela.

Senhores Congressistas,

Neste País não há lugar para pessimismo, não há lugar para derrotismo. Estamos vencendo dificuldades, superando obstáculos. Estamos ultrapassando desafios. Na busca do futuro a paz social é condição do êxito da disputa política e consecução da estabilidade institucional. Vamos modernizar o Brasil, aprimorar suas instituições, ampliar os direitos do cidadão e tornar mais justa a sociedade. Esse é nosso objetivo comum, a despeito da diversidade de soluções que possamos preconizar, da pluralidade democrática que devemos cultivar. O Brasil vai dar certo.

Desejo prestar minha reverência ao trabalho do Congresso Nacional e, por seu intermédio, ao povo brasileiro, que nos empresta apoio na tarefa árdua de um Governo de transição e conciliação política e de luta pelas reformas sócio-econômicas. Congresso e povo que se unem ao Governo nessa luta que levamos a cabo, com o mandato que recebemos, em meio ao mais dramático quadro já vivido pelo País.

Esse apoio não é apenas condição de êxito. É a única forma pela qual o País poderá utilizar plenamente suas potencialidades naturais e humanas, realizar seu projeto de esperança, de ser um lugar de paz no mundo de amanhã.

Os Senhores são os depositários da vontade de todo o País, que se volta para o interesse coletivo an-

tes que para os particularismos que formam o cotidiano da vida política. Temos de enfrentar os numerosos desafios que se erguem em nosso caminho e sei que este é também o entendimento de Vossas Excelências, que representam o povo brasileiro.

Toda crise traz em si também sementes de esperança.

Unidos — partidos, Congresso, tribunais, povo e Governo —, e com a ajuda de Deus, transformaremos essa pequena fonte num rio perene, feito de liberdade, trabalho e justiça social.

Brasília, 1.º de março de 1986.

JOSÉ SARNEY
Presidente da República

II. O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

1. A ECONOMIA BRASILEIRA EM 1985

Crescimento

Na economia, o exame retrospectivo do ano de 1985 comprova a firmeza dos compromissos assumidos pelo Governo com o novo modelo de desenvolvimento, que se define pelo crescimento econômico, pela orientação social — consubstanciada no efetivo combate à miséria e na busca de distribuição eqüitativa da renda — e pela postura independente e responsável na negociação da dívida externa.

Nossas decisões foram corretas. Os resultados são alentadores, sobretudo diante das expectativas pessimistas do início do ano.

A economia cresceu cerca de 8%. A indústria, sustentada pela recuperação do poder aquisitivo da população, expandiu sua produção a uma taxa de 8,2%. Sobressaíram-se os setores mais ligados ao mercado interno, como o dos bens duráveis de consumo, cujo crescimento ficou acima de 15%. Na agropecuária, as lavouras apresentaram taxas de crescimento acima de 13%, destacando-se as culturas de exportação.

Essas taxas colocam o Brasil em destaque no mundo. Ganham ainda maior relevância quando confrontadas com o desempenho das demais economias latino-americanas —

com as quais partilhamos tantas agruras e dificuldades — e que, no conjunto, cresceram menos de 1%, em 1985.

Emprego

Nossas marcas de maior êxito estão na expansão da oferta de empregos e na recuperação do poder aquisitivo dos salários. Foram criados um milhão e meio de empregos novos em 1985, cifra que se espera repetir em 1986, com a efetiva retomada dos investimentos. Esta é a consequência mais benéfica e notável de nossa opção pelo crescimento: pela primeira vez, em vários anos, houve substancial melhoria nos níveis de emprego.

À indústria, por liderar o crescimento e pela capacidade de multiplicar empregos nas demais atividades, deve-se grande parte desse êxito. Assim, em 1985, houve aumento de 5,5% no número de pessoas empregadas nesse setor, o que denota expressiva taxa, mesmo quando levamos em conta as altas taxas de crescimento do produto. O crescimento em 1985 gerou novas ocupações e contratação de novos trabalhadores, em contraste com 1984, quando grande parte do aumento da produção deveu-se ao acréscimo de horas trabalhadas. Com efeito, em 1984, apesar do crescimento do produto industrial, houve queda de 2% no nível de emprego da indústria.

O desemprego continua sendo o aspecto mais trágico da realidade social. Na maioria das vezes disfarçado em subemprego, leva à penúria e à marginalidade social vasto contingente da população. Cerca de 30% de trabalhadores nas capitais do Nordeste e 20% nas do Centro-Sul não têm ocupação ou recebem menos de um salário mínimo por mês. Essa situação torna opção social imperativa, intransigente e inegociável o crescimento com orientação social.

Apesar do muito que resta a ser feito, podemos dizer que houve, em 1985, pela primeira vez em vários anos, sinais de alívio no quadro do desemprego. Enquanto em 1984, nas seis áreas metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, a taxa média de desemprego alcançava 7,1%, em 1985 esta taxa caiu para 5,3%. Em dezembro de 1985, a taxa mensal

alcançou 3,2%, que constitui a mais baixa taxa já observada desde janeiro de 1980.

A expansão do emprego e as novas oportunidades econômicas refletem-se também no subemprego urbano. Em todas as regiões metropolitanas, mesmo naquelas onde o problema é mais agudo, como Recife, Salvador e Belo Horizonte, ocorreu queda significativa no número de pessoas que recebem menos de um salário mínimo.

Salários

A recuperação do poder aquisitivo dos salários constitui a base de sustentação do crescimento em 1985. A opção do Governo pela política de descompressão salarial refletiu-se na fixação dos novos valores para o salário mínimo em maio e novembro. Nas duas ocasiões os reajustes concedidos foram bem maiores do que o aumento do custo de vida. Não obstante seu valor atual — seiscentos mil cruzeiros — ser insuficiente para atender às necessidades dos trabalhadores, o salário mínimo tem hoje poder aquisitivo 12% superior ao que prevaleceria caso tivéssemos adotado o sistema anterior de revisão.

A recuperação salarial não se restringiu ao salário mínimo. A descompressão dos salários ocorreu para todas as faixas. Na indústria, o salário médio cresceu aproximadamente 7,5% em 1985, tendo recuperado o poder de compra anterior à recessão.

O setor industrial, que, no início do ano, começava a demonstrar sinais de estagnação, respondeu prontamente ao aumento de demanda gerado pela recuperação dos salários. Estavam estabelecidas as pré-condições para o crescimento: existia capacidade produtiva ociosa e consolidava-se um processo de saneamento nas finanças das empresas. A partir de meados do ano, a produção acelerou-se mês a mês, impulsionada pela melhoria do padrão de consumo da população. No final de 1985, diversos setores já se encontravam com níveis normais de utilização de sua capacidade instalada e iniciou-se a retomada dos investimentos

em máquinas, equipamentos e instalações. Além da produção de bens duráveis de consumo, que cresceu 15%, destacou-se o setor de bens de capital, com 12% de crescimento.

Bem-Estar

A Nova República rompeu com a estratégia de ajustamento posta em prática entre 1981 e 1985. De 1981 a 1983 verificou-se decréscimo no produto *per capita* e no consumo doméstico. Em 1984, o crescimento de 2% no produto *per capita* baseou-se no aumento das exportações, tendo ocorrido reduções nos salários reais — o salário industrial caiu 2,5% e o salário mínimo, 7% — e no consumo *per capita* da população brasileira, que caiu 1,5%.

O ano de 1985 apresenta nítida melhoria em termos de consumo e bem-estar do povo brasileiro. A dinâmica do crescimento foi dada pela expansão do mercado interno — em função da melhoria do poder de compra dos salários —, pela criação de empregos e novas oportunidades econômicas e pela retomada dos investimentos privados.

Contas Externas

Os êxitos de 1985 aparecem também em nossas contas externas. Contrariando a estratégia de ajustamento preconizada para os países endividados do Terceiro Mundo, nossa opção pelo crescimento não trouxe a deterioração das contas externas. Crescemos 8%, gerando, ao mesmo tempo, saldo comercial aproximado de 12,5 bilhões de dólares. O País honrou seus compromissos externos, sem admitir ingerência em suas questões internas e sem impor grandes sacrifícios aos trabalhadores.

Graças aos superávits comerciais, a dívida externa ficou estabilizada em 100 bilhões de dólares. Além disso, o País foi capaz de manter reservas em montante adequado para atender a eventuais imprevistos no cenário internacional. Uma parcela substancial de nossas exportações, contu-

do, continua comprometida com o pagamento do serviço da dívida. Essa situação, intolerável a longo prazo por seus efeitos sobre o crescimento, exige a renegociação dos termos da dívida.

O excepcional desempenho da balança comercial deveu-se à maturidade, diversificação e competitividade atingida por nossa estrutura industrial e à firmeza da política do Governo na administração do câmbio, do crédito e do comércio exterior. Mesmo em uma conjuntura internacional desfavorável, fomos capazes de manter o crescimento sem sacrificar nossos compromissos externos.

Para as exportações, 1985 foi ano adverso: houve queda nos preços dos produtos primários, desaceleração da economia mundial e protecionismo nos maiores mercados. Ainda assim, as exportações alcançaram 25,6 bilhões de dólares, com redução de somente 5% em relação a 1984. Demonstrando a competitividade do Brasil nos mercados internacionais, esse resultado contradiz tese de que a manutenção das exportações nos patamares atuais requer conjuntura interna recessiva. Exportamos sem sacrificar o crescimento.

A política cambial e creditícia teve, nesse contexto, importante papel. Em virtude da manutenção de taxa de câmbio realista — com reajustes diários — e de ampla disponibilidade de créditos, o Governo assegurou prioridade ao mercado interno sem reduzir a lucratividade das exportações.

As importações foram, em 1985, de 13,2 bilhões de dólares, o que representou queda de 5% em relação a 1984. Isso ocorreu apesar do forte crescimento do nível de atividade interna, refletindo, por um lado, os efeitos da queda de preço do petróleo no mercado internacional e, por outro, o estágio atingido pelo processo de substituição de importações, sobretudo no crescimento da produção interna de petróleo e no aumento das fontes alternativas de energia. Houve, em 1985, aumento de 20% na produção interna de petróleo, que hoje responde por quase 60% do consumo doméstico. A substituição de importações ocorreu também nos demais insumos básicos e nos bens de capital.

O valor das nossas importações equivale, hoje, a apenas 6% do PIB. A economia brasileira vem demonstrando, portanto, capacidade de sustentar o crescimento sem escassez de divisas. Para manter tal capacidade são indispensáveis melhores termos para as obrigações da dívida.

Déficit Público

O tratamento dado à questão do déficit público vem reafirmar a opção do Governo por um modelo baseado em crescimento e justiça social.

Responsabilidade fiscal e equacionamento do problema orçamentário do Governo são condições necessárias à manutenção, a longo prazo, de crescimento sustentado da produção e do emprego, com o controle do processo inflacionário. Em país pobre como o nosso, o governo tem de ser austero.

Não aceitamos que o reequilíbrio orçamentário fosse feito de imediato e a qualquer custo. Se, em 1985, assim houvéssemos procedido, teríamos sacrificado crescimento, produção, emprego, e comprometeríamos o incipiente processo de retomada dos investimentos privados, pois em uma economia como a brasileira, recém-saída da estagnação, a manutenção dos gastos do Governo é necessária como estímulo e orientação do setor privado.

Prolongar a recessão e o desemprego não constitui solução para o problema do déficit público. É através da prosperidade que iremos gerar receitas para cobrir o déficit. Em 1985, houve evidências do acerto dessa estratégia. A arrecadação federal cresceu 15,3%, em termos reais. Para os estados, o crescimento da receita de ICM atingiu, em termos reais, quase 20%. O exemplo mais notável está nos resultados da Previdência Social: as receitas cresceram 21%, em termos reais, produzindo superávit pela primeira vez em muitos anos.

A responsabilidade fiscal é compromisso com o bem-estar da sociedade e com o crescimento do País. O corte indiscriminado de dispêndio só gera miséria. Era necessário

preservar os recursos destinados aos programas sociais e, se possível, ampliá-los — a exemplo do que ocorreu em relação ao Programa de Prioridades Sociais, cujos recursos foram dobrados, passando de 6 trilhões para 12 trilhões de cruzeiros. Assegurar esses recursos constituiu a primeira expressão da política de reorientação dos gastos públicos, apesar das restrições impostas pelo quadro orçamentário que encontramos.

A Nova República herdou as finanças públicas em estado lastimável. A inflação crescente e a recessão dos últimos anos erodiram profundamente as bases de financiamento do Governo. Reduziram-se, de maneira drástica, as receitas tributárias e as provenientes de tarifas e preços administrados pelo Governo, cujos reajustes, na tentativa de combater a inflação, foram inferiores à elevação dos custos. A estrutura das despesas tornou-se inflexível, tanto pelo caráter compensatório que assumem em épocas de recessão, como também, e sobretudo, pela rigidez que a correção monetária impõe aos compromissos financeiros.

O desequilíbrio financeiro do setor público torna-se mais dramático diante da necessidade de obtenção de divisas para honrar o serviço da dívida externa. Os vultosos saldos comerciais requeridos são, em grande parte, gerados pelo setor privado da economia. Para adquirir esses saldos em moeda estrangeira, o Governo — com receitas comprimidas e despesas rígidas — só pode recorrer ao endividamento interno ou à emissão de moeda. Tendo em vista o montante de recursos necessários, a emissão monetária levaria à explosão inflacionária. Optamos, no ano passado, pelo endividamento. O déficit público e o crescimento da dívida interna foram conseqüências inevitáveis do pagamento dos pesados encargos da dívida externa. Transformamos juros externos em dívida interna.

O problema se agrava porque o crescimento da dívida interna força a elevação das taxas de juros pagas pelos títulos públicos, ativando um círculo vicioso, visto que a dívida igualmente aumenta em razão desse crescimento nas taxas de juros.

O déficit não é, portanto, mero problema fiscal, mas desequilíbrio de caráter financeiro, cujas origens encontram-se na rapidez com que fomos obrigados a ajustar a economia à interrupção dos empréstimos externos e na elevação das taxas de juros internacionais. Para que possamos dar solução definitiva a esse problema, é necessária ampla renegociação dos termos da dívida externa.

A gravidade do problema exigiu decisões urgentes. Em meados do ano, o Governo adotou um conjunto de medidas econômicas para reduzir, em caráter de emergência, o enorme desequilíbrio financeiro que se projetava para 1985. Quase totalmente restrito à redução de gastos, esse conjunto de medidas teve necessariamente caráter limitado. O Governo não pretendia afetar o programa de gastos sociais que mal se iniciara e, além disso, via-se comprometido com a recomposição salarial do funcionalismo público. Outro limite ao alcance das medidas foi a preocupação em promover alterações que, a curto prazo, aliviassem a carência de recursos dos governos estaduais e municipais. Apesar disso, mediante essas medidas, foi possível obter reduções substanciais do déficit previsto em meados do ano.

Em vista do caráter financeiro do déficit público, a partir de agosto de 1985 o Governo conduziu sua política monetária no sentido de obter reduções nas taxas de juros domésticas. Os êxitos evidenciam-se pela queda nos juros dos títulos da dívida pública, que, dos 21% de então, caíram para 16% ao final do ano. Essa queda possibilitou ao setor público êxitos significativos no financiamento da dívida em 1985. Para o ano de 1986, prevê-se economia de 35 trilhões de cruzeiros. É importante lembrar que a redução nas taxas de juros dos títulos públicos provoca quedas nas demais taxas de juros praticadas na economia e, nessa medida, viabiliza o investimento privado e a sustentação do crescimento.

A política econômica da Nova República, em 1985, pautou-se pelo princípio de que a dívida total — externa e interna — do Governo deve manter proporcionalidade com o produto do País. Por definição, todo déficit traduz-se em

crescimento da dívida. Dada a taxa de crescimento do produto, existe um limite ao crescimento da dívida, que por sua vez determina o déficit. Em termos de sua dívida total, ou seja, agregando-se todas as formas de endividamento do setor público, podemos dizer que o Governo manteve o déficit sob controle. De fato, em 1985, embora superior ao de 1984, o déficit fez que a dívida crescesse, praticamente, à mesma taxa do PIB.

Inflação

Herdamos pesado fardo inflacionário. Em março de 1985, a inflação de 12% ao mês ameaçava-nos com franca aceleração. Além disso, havia descrédito generalizado — e legítimo — nos instrumentos ortodoxos de combate à inflação. A política de arrocho salarial imposta à sociedade no passado traduzira-se apenas em perda injustificada de renda para os trabalhadores, nada contribuindo para a queda da inflação. A recessão imposta à economia, desde 1981, fez-se acompanhar, ao contrário do previsto, de um agravamento no processo inflacionário. A herança foi inflação exagerada e intolerável, além dos fracassos de política econômica.

Eram claras, nesse contexto, as opções da Nova República. Em primeiro lugar, tratava-se de evitar a repetição dos erros do passado. Ao contrário do arrocho salarial dos anos precedentes, a política econômica optou por aumentos reais tanto do salário mínimo quanto dos demais níveis salariais.

Com o propósito de traduzir os aumentos nominais dos salários em efetiva elevação do seu poder de compra e de reverter a exacerbada expectativa inflacionária do início do ano, o Governo estabeleceu rígido controle temporário de preços, cujo êxito pode ser avaliado pelas quedas das taxas mensais dos primeiros meses desta administração. Da mesma forma, a política econômica de sustentação do crescimento afastou os fantasmas da recessão e do desemprego, renegando-os como instrumentos de combate à inflação.

Ultrapassada a fase aguda da reversão da expectativa inflacionária, a política econômica da Nova República orientou-se para a redução das taxas de juros. A manutenção de taxas elevadas estimula a inflação, ao pressionar o custo financeiro das empresas e encarecer a manutenção dos estoques. Sua redução é, portanto, condição necessária para um programa definitivo de estabilidade de preços, à medida que atua simultaneamente sobre os custos e a disponibilidade real de bens.

Em segundo lugar, era necessário criar condições para que o controle do fenômeno inflacionário respeitasse o compromisso de crescimento com justiça social. Com esse fim, o Governo unificou os índices de correção inflacionária que se aplicam ao capital e ao trabalho. Os reajustes salariais e as correções monetária e cambial passaram, assim, a obedecer a um mesmo índice de variação dos preços, o IPCA.

Essa medida tem claras vantagens do ponto de vista de gestão macroeconômica, mas, sobretudo, associa-se àquelas outras já mencionadas, que visam a corrigir as distorções distributivas e as injustiças sociais. Salários e preços, agora, evoluirão paralelamente, eliminando-se as disparidades derivadas da multiplicidade de índices. Vale destacar, por exemplo, que os reajustes salariais e as prestações da casa própria passam a ser realizados com base em critérios idênticos.

Enfim, era preciso atacar os pontos nevrálgicos do processo inflacionário — o déficit público e as altas taxas de juros.

O Governo manteve o déficit público sob controle em 1985, limitando a expansão da dívida total ao crescimento do PIB. Deliberadamente, não o utilizou como instrumento de controle da inflação. A sustentação do processo de recuperação econômica, em contexto de elevadas margens de capacidade ociosa, impôs que o déficit fosse mantido nos níveis observados.

De forma alguma o Governo da Nova República se conforma com a persistência dos níveis atuais da inflação. A unificação dos índices, o controle do déficit e a redução

das taxas de juros constituem, na verdade, etapa preliminar de programa de erradicação do processo inflacionário. Além disso, os efeitos dessas medidas seriam mais prontamente visíveis não fosse a inclemência com que fomos atingidos pelas secas nas principais regiões produtoras do País, fato que se agrava pela inexistência de estoques reguladores em níveis adequados.

Para que se percebam os efeitos das secas, vale lembrar que, em 1985, o Governo reverteu tendência de vários anos, aumentando o volume do crédito de custeio agrícola em 30%, e orientando-o para culturas básicas de alimentação — como feijão, arroz, milho e mandioca. Além disso, a taxa real de juros do crédito rural foi mantida em 3% e os preços mínimos foram fixados em níveis remuneradores. Por volta de setembro, as intenções de plantio indicavam que essas medidas surtiriam o efeito desejado na produção. As secas alteraram esse quadro, comprometendo, de forma definitiva, a safra de 1986. A expectativa de quebra de safras e a inexistência de adequados estoques reguladores acentuaram as especulações altistas, antecipando o impacto inflacionário.

III. PERSPECTIVA E PRIORIDADES PARA 1986

1. INFLAÇÃO E CRESCIMENTO

O Programa de Mudanças

A inflação é, sem dúvida, o problema mais angustiante da realidade contemporânea brasileira. A possibilidade de crescimento econômico e justiça social só existe de forma duradoura se mantivermos o controle do processo inflacionário. Essa é, portanto, a tarefa prioritária do Governo em 1986.

A estratégia de combate à inflação está delineada e vem sendo firmemente implantada. A contenção do déficit público, o pacto social e efetiva política de abastecimento são as bases dessa estratégia.

O Programa de Mudanças, aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro, prevê os instrumentos necessários para resolver a questão do déficit público. Sugerindo soluções para os problemas identificados no I PND-NR, esse programa trará redução significativa do déficit do setor público, criando condições para superávits nos próximos anos. Permitirá ainda a correção das graves distorções que se acumularam nos últimos anos, sacrificando os rendimentos do trabalho diante do capital e a obtenção dos recursos necessários ao financiamento do programa social, que está sendo implementado.

O reequilíbrio orçamentário, em 1986, será assegurado pelo corte do dispêndio público e aumento da arrecadação tributária que, aliás, já estão ocorrendo. Reduções drásticas estão sendo feitas nas despesas financeiras — a exemplo da queda das taxas de juros, que promoverá economia de 35 trilhões de cruzeiros —, nas folhas de pagamento da administração direta e indireta e nos gastos com serviços contratados pelo setor público.

O aumento de arrecadação resultará de elevação da carga tributária incidente sobre lucros e ganhos de capital, preservando os rendimentos do trabalho. Ademais, foram tomadas medidas para eliminar distorções tributárias que puniam os assalariados pela excessiva retenção do imposto de renda na fonte, além de permitirem inúmeras formas de evasão tributária aos rendimentos de capital.

A redução do déficit público — medida aceita como indispensável para que se inicie nova fase de crescimento sustentado, com ênfase na retomada do investimento privado — ocorre no momento certo. Conceder-lhe prioridade absoluta ainda em 1985 teria sido desastroso; o País precisava reencontrar o caminho do crescimento, que exigia presença do Governo, enquanto estimulador do processo. Hoje, diminuída em grande parte a ociosidade na indústria, adiar o reequilíbrio do setor público colocaria em risco a continuidade da queda das taxas de juros, pré-requisito para a retomada dos investimentos privados e do crescimento não apenas da produção mas, principalmente, da capacidade produtiva.

Para assegurar os investimentos necessários à expansão e modernização do parque industrial, o Programa de Mudanças introduz incentivos fiscais que permitem a depreciação acelerada das inversões em capital fixo nos próximos anos.

É importante observar que os estados e municípios brasileiros beneficiam-se com o Programa de Mudanças, uma vez que o sistema tributário estabelece que se partilhe com os estados e municípios o produto da arrecadação do IR e do IPI.

O Pacto Social

Outro aspecto fundamental no combate à inflação é a eliminação do seu componente inercial, ou seja, daquela parte que ocorre simplesmente porque os aumentos de preços de ontem se transformam em reajustes de salários hoje, que por sua vez se convertem em novos aumentos de preços amanhã, fazendo com que se perpetue no futuro a inflação herdada do passado. Um amplo acordo social é necessário para o rompimento desse círculo vicioso.

A viabilidade política e econômica desse acordo está fundamentada em três premissas básicas. A primeira é o rigoroso cumprimento das metas previstas no Programa de Mudanças, assegurando dessa forma a redução do déficit operacional do setor público. Isso exige que a fixação das tarifas e de preços administrados pelo Governo seja feita de forma realista, sem atrasos em relação à inflação.

Em segundo lugar, não serão impostos novos sacrifícios adicionais aos trabalhadores. O Governo não pretende deter a espiral inflacionária mediante imposição de limites irrealis e injustos aos reajustes salariais. É seu compromisso a progressiva e segura elevação do salário mínimo e das camadas mais baixas de rendimentos, de forma que a massa salarial acompanhe e desfrute do crescimento do PIB.

A terceira premissa refere-se aos reajustes de preços do setor privado, que serão no máximo iguais às variações efetivamente ocorridas nos custos. As margens de lucro necessárias à continuidade do processo produtivo e ao estímulo dos investimentos serão garantidas, mas a especulação será combatida com rigor. O Conselho Interministerial de Preços (CIP) terá ampliado seu campo de atuação, para controlar as margens de lucro.

A Política de Abastecimento

O terceiro componente da estratégia de combate à inflação em 1986 é a política de abastecimento que, a curto

prazo, evitará o impacto inflacionário da escassez de alimentos causada pela seca e, a longo prazo, garantirá níveis adequados de produção e estoque. Para isso foi necessário adotar, em caráter de emergência, programa de importação de alimentos que garantirá a continuidade do abastecimento interno. Do ponto de vista do balanço de pagamentos, existe previsão de saldos comerciais e de linhas adicionais de crédito, que permitirão atender a essa necessidade sem prejuízo das reservas cambiais.

Ao mesmo tempo, os agricultores foram incentivados a perseverar nas atividades de plantio e replantio. Adotaram-se medidas na área do crédito rural, como dilatação do período de cobertura do Proagro, prorrogação das dívidas bancárias e extensão da vigência da correção monetária dos preços mínimos.

A garantia do abastecimento interno é o melhor remédio contra a especulação. Por isso, o Governo tem procurado tirar vantagem da grande diversidade geográfica do País. Os incentivos de crédito ao Nordeste, recentemente anunciados, ampliarão, ainda este ano, a produção de alimentos dessa região.

Sustentação do Crescimento

Estabelecido o controle da inflação, a economia brasileira pode e deve crescer no mínimo 6% ao ano, garantindo o processo de superação do desemprego e da pobreza.

Existem condições efetivas para sustentar esse crescimento.

Em primeiro lugar, a majoração de salários permitida pelo aumento de produtividade garante expansão do consumo interno.

A queda continuada das taxas de juros, assegurada pelo reequilíbrio orçamentário do setor público, sustentará a demanda por bens de consumo duráveis e de capital. O crescimento dos investimentos dar-se-á também graças à concessão de incentivos fiscais à depreciação acelerada do capital fixo, previstos no Programa de Mudanças. Com ta-

xas de juros mais favoráveis, os setores produtores de bens de consumo, que já utilizam quase totalmente a capacidade instalada, estão aptos a adotar novos programas de investimentos para ampliação e modernização das fábricas. Conquanto consigne a instância de alto nível de capacidade ociosa, a indústria de bens de capital tem condições de responder prontamente a esse acréscimo de demanda, não ficando condicionada à realização de investimentos que requeiram longo prazo de maturação.

Em terceiro lugar, o programa de investimentos públicos, proposto no I PND-NR, dá prioridade aos setores de energia, transportes, mineração e comunicações, de modo a garantir infra-estrutura e insumos básicos necessários à retomada dos investimentos privados e a evitar pontos de estrangulamento ao longo do processo.

As perspectivas do mercado internacional indicam que, beneficiadas por política cambial realista, as exportações líquidas permanecerão estáveis, não havendo nesse campo maiores riscos de contração da demanda.

2. A PRIORIDADE SOCIAL

É paradoxal a situação brasileira: de um lado, construiu-se uma economia em muitos aspectos próxima da maturidade industrial; de outro, mantém-se uma estrutura social injusta, que submete parcela ponderável da população a condições de vida lastimáveis, só comparáveis às das nações mais pobres do mundo.

Em 1984, cerca de 38% das famílias brasileiras recebiam menos de dois salários mínimos, encontrando-se portanto na faixa de pobreza absoluta. A situação torna-se ainda mais dramática quando se constata que grande parcela dessa população se concentra no Nordeste, nas áreas e nas periferias das cidades, não tendo quase acesso a serviços como saneamento, água potável, habitação, atendimento médico, educação. Associada à falta de serviços sociais básicos, a desnutrição traduz-se em índices inaceitáveis de mortalidade infantil e em reduzida esperança de vida.

Esta é a dívida social que a Nova República se propõe atacar de frente.

A sociedade brasileira possui recursos e capacidade técnica suficientes para oferecer padrões de vida dignos a

todos os brasileiros. É necessário prover meios para que essa potencialidade se realize, permitindo, em prazo razoável, acesso universal, eqüânime e permanente de toda a população aos benefícios do progresso e à plena realização dos direitos de cidadania. É este o fundamento da política social da Nova República.

Ações Permanentes e Mudanças Estruturais

O combate à pobreza e às desigualdades sociais exige esforço permanente do Governo a fim de que os mais pobres passem a apropriar-se, em escala crescente, dos benefícios do desenvolvimento econômico.

A luta permanente para superar a pobreza começa pela expansão do emprego, pela geração de novas oportunidades econômicas, pelo aumento dos salários. Só assim serão garantidas, a prazo maior, igualdade e justiça social.

Para isso é indispensável manter o processo de desenvolvimento deflagrado em 1985. É preciso assegurar crescimento do produto nacional à taxa mínima de 6%, para que sejam criados pelo menos 1 milhão e 400 mil de novos empregos cada ano, necessários à absorção dos novos contingentes que buscam trabalho.

Não basta a elevação dos salários reais, nos setores dinâmicos da economia. Todos trabalhadores devem receber remuneração suficiente para atender às suas necessidades básicas. A determinação do Governo de elevar o salário mínimo bem acima da inflação, em 1985, representou passo importante nessa direção.

Uma política tributária justa — na qual paguem mais impostos as camadas de renda mais elevadas e isentem-se de tributos as mais carentes — constitui outro elemento essencial do conjunto de ações de combate às desigualdades sociais. Essa foi preocupação básica a nortear a elaboração do Programa de Mudanças, aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 1985.

Entre o conjunto de ações permanentes de combate à pobreza e às desigualdades sociais deve incluir-se também a

eficiência das instituições governamentais nas áreas de saúde, abastecimento, educação, habitação, previdência, assistência social, justiça e segurança pública. É prioritária a melhoria dos padrões de atendimento e a universalização do acesso nesses setores, para atender, de forma digna, a todas as camadas sociais, nas cidades e no campo.

As reformas estruturais modificaram as bases do modelo de desenvolvimento brasileiro, permitindo crescente participação dos pobres nos frutos do progresso.

O Programa Nacional de Reforma Agrária, iniciado em 1985, tem como objetivo básico atenuar as desigualdades no campo, contribuindo para solucionar conflitos que perduram por longo tempo. Busca aumentar emprego e renda, assim como melhorar sua distribuição. Deve, porém, ao alterar a estrutura fundiária do País, ter o cuidado de não desorganizar os setores produtivos.

O acesso à terra deverá ser acompanhado por um conjunto de medidas que propiciem aos novos proprietários meios de se transformarem, de fato, em produtores. O Governo pretende promover, em 1986, assentamento de 150 mil famílias, prevendo desembolsar cerca de 1,8 trilhão de cruzeiros. O apoio a projetos de colonização e regularização fundiária, também no âmbito da reforma agrária, envolverá gastos da ordem de 488 bilhões de cruzeiros.

Não será possível eliminar a miséria e a injustiça enquanto não for resolvido o problema do Nordeste, onde se concentram quase a metade da pobreza do País e dois terços da pobreza rural. A questão social nordestina é a razão de ser do Projeto Nordeste, instituído para reordenar a ação governamental na região. Sua atuação observa uma estratégia voltada para a erradicação da pobreza absoluta no meio rural.

Dentro desse projeto se encontra o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que visa a tornar cada família auto-suficiente quanto à geração e à apropriação da renda necessária à sua manutenção e ascensão social, assegurando-lhe acesso aos meios de produção e serviços básicos. Até dezembro de 1985, foram liberados aos esta-

dos e órgãos executores do programa cerca de 621,9 bilhões de cruzeiros. Para 1986, prevê-se aplicação de recursos da ordem de 10,7 trilhões de cruzeiros.

As principais metas a serem atingidas em 1986 referem-se a trabalhos de cartografia em 22 milhões de hectares, discriminação e cadastro de 10,8 milhões de hectares — beneficiando 234 mil produtores — e redistribuição de 1,2 milhão de hectares a 47,7 mil famílias.

Ainda no âmbito do Projeto Nordeste foi criado, em 1985, o Programa de Irrigação do Nordeste, que objetiva regar um milhão de hectares no período de 1986-90. Prevê-se, em 1986, o término de obras em 93 mil hectares. Serão beneficiadas 19 mil famílias, gerando-se 210 mil empregos indiretos e produção agrícola de aproximadamente 40 mil toneladas/ano.

Aos programas de educação, saúde e saneamento básico no meio rural do Nordeste foram alocados cerca de 135 bilhões de cruzeiros em 1985, prevendo-se gastos da ordem de 220 bilhões de cruzeiros em 1986.

Atendimento Direto às Necessidades Básicas

A urgência em promover a eliminação dos grandes bolsões de pobreza, cuja carência foi agravada pela crise dos últimos anos, requer medidas de impacto direto e imediato, complementares à promoção de mudanças estruturais e à elevação dos níveis de rendimento das famílias mais necessitadas.

O Programa de Prioridades Sociais, para o atendimento das populações de baixa renda, atuando nas áreas de nutrição, saúde, educação, saneamento, habitação, transporte de massa, justiça e segurança pública, persegue esse objetivo.

Há certos serviços básicos cuja universalização é imperativa, por representarem direito inalienável de todos. Garantiremos, de forma universal e irrestrita, níveis adequados de nutrição, saúde e educação a todas as crianças até a idade de 14 anos.

Não devemos confundir esse atendimento com mero assistencialismo. Investir em benefício da população infantil significa construir o futuro em base sólida e justa.

Alimentação e Nutrição

Os padrões alimentares das populações pobres vêm-se deteriorando nos últimos anos; reduziu-se o consumo *per capita* e os indicadores de nutrição são alarmantes.

O Governo deu maior atenção à merenda escolar, ampliando o Programa Nacional de Alimentação Escolar. De 1984 a 1985, dobrou-se o volume de alimentos distribuídos nas escolas. Em 1986, continuará a ampliação da merenda, prevendo-se gastos de 8,4 trilhões de cruzeiros. Em 1985, 94% das escolas serviram merenda, podendo-se considerar universalizado o seu suprimento nas áreas urbanas.

O número de dias em que é servida a merenda escolar — em 1985 ampliado de 140 para 180 — passará, em 1986, a 260, de forma a incluir todos os dias úteis do ano. A merenda será estendida aos irmãos em idade pré-escolar dos alunos matriculados.

A modernização do sistema de abastecimento não beneficiou os mais pobres, que continuam a valer-se de rede de comercialização obsoleta e ineficiente, com excessivos intermediários. O Programa de Abastecimento Popular (PAP) distribui gêneros de primeira necessidade aos pequenos varejistas, que deverão revendê-los a preços fixos aos consumidores mais pobres. Funcionando, inicialmente, em 17 grandes cidades, esse programa atende cerca de 3,9 milhões de consumidores de baixa renda. Até novembro de 1985, foram comercializadas 16,5 mil toneladas de alimentos, a preços 14% inferiores, em média, aos vigentes no mercado.

Nas capitais do Nordeste, o PAP incorporou o Programa de Abastecimento Alimentar em Áreas de Baixa Renda, que em 1985 beneficiou cerca de 2,2 milhões de pessoas. Em 1986, esses programas serão ampliados, esperando-se

atingir mais de 10 milhões de consumidores pobres. Para isso foram alocados 500 bilhões de cruzeiros.

Ao mesmo tempo que consolida ações preventivas de saúde, o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) distribui alimentos básicos para gestantes, nutrizes e crianças na primeira infância. Já se encontra estabelecido em 1.136 municípios, tendo sido distribuídas cerca de 48 mil toneladas de gêneros básicos no ano de 1984, que implicaram gasto adicional real de 93% em relação ao ano anterior. Prevê-se, em 1986, atendimento de mais de 10 milhões de crianças, estando para isso destinados recursos de 2,9 trilhões de cruzeiros.

Além da assistência que já desenvolve, o Governo está instituindo o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, que beneficiará a população infantil até sete anos, entre as famílias com renda inferior a dois salários mínimos. No exercício de 1986, serão atendidas 1,5 milhão de crianças, distribuindo-se 246 milhões de litros e aplicando-se recursos da ordem de 1 trilhão de cruzeiros.

Saúde

A universalização e equidade na distribuição dos serviços de saúde constituem dever do Estado e direito do cidadão. A ação do Governo nessa área — contando, em 1986, com 8,2 trilhões de cruzeiros — visa reduzir, em escala significativa, os níveis atuais de mortalidade infantil, aumentar a esperança de vida da população, ampliar as oportunidades de acesso aos equipamentos de saúde, controlar as doenças transmissíveis e expandir a prestação de serviços de saúde e saneamento, principalmente na periferia das grandes cidades e nas zonas rurais.

Iniciaram-se, em 1985, a construção e a ampliação de 424 unidades de saúde, bem como dos equipamentos de mais 463. Para a ampliação da rede básica — postos, centros de saúde e unidades mistas — e a criação e estabelecimento da rede de suprimento de sangue e hemoderivados e de laboratórios de saúde pública, estão previstos investimentos da ordem de 1,1 trilhão de cruzeiros.

O apoio à operação da rede básica — mediante fortalecimento institucional das Secretarias de Saúde, ampliação da assistência sanitária e ações específicas voltadas para o atendimento a mulheres e crianças — contará com 720,2 bilhões de cruzeiros, pretendendo-se beneficiar 52 milhões de pessoas.

Na área de doenças transmissíveis, foram intensificados em 1985 os esforços para erradicação da malária, da poliomielite e da raiva; para controle da doença de Chagas, esquistossomose, sarampo, tétano, coqueluche e difteria; para diminuição dos riscos de infecção, morbidade e mortalidade por tuberculose, hanseníase e doenças sexualmente transmissíveis.

O Programa de Medicamentos e Imunobiológicos tem como prioridade assegurar a disponibilidade de 40 produtos essenciais às pessoas atendidas pela rede pública, tendo como medidas complementares a busca de auto-suficiência em imunobiológicos e a ampliação da rede de hemocentros. Esse programa contará, em 1986, com 1,45 trilhão de cruzeiros, que se somarão aos 2,7 trilhões de cruzeiros já previstos no orçamento para assistência farmacêutica e aquisição de vacinas.

Educação

O compromisso do Governo é a universalização da educação básica de boa qualidade, garantindo a todas as crianças, entre 7 e 14 anos, acesso e permanência na escola do primeiro grau, pública e gratuita. Seu cumprimento exige aumento do número de vagas e maior eficiência do sistema escolar, para que diminuam a evasão e a repetência.

Através do programa Educação para Todos serão construídas e reformadas escolas, principalmente onde haja déficit comprovado ou instalações precárias. Pretende-se melhorar a qualidade do ensino e do aprendizado, mediante aperfeiçoamento de professores, fornecimento de material básico, reforço e ampliação da merenda escolar.

A programação para 1985-86 prevê um milhão de matrículas adicionais e distribuição de 37 milhões de livros a 25 milhões de alunos. Em 1986, recursos da ordem de 4 trilhões de cruzeiros serão empregados na educação básica, em apoio aos estados e municípios. Desses, 1,1 trilhão de cruzeiros referem-se a material escolar gratuito aos alunos carentes da rede pública, nas quatro primeiras séries, e 2,9 trilhões de cruzeiros visarão à melhoria do ensino e aumento das vagas existentes.

Habitação e Infra-Estrutura Urbana

Os projetos de habitação, melhoria urbana e saneamento básico beneficiam as populações de baixa renda, no esforço de elevação do bem-estar, redução de doenças endêmicas e da mortalidade infantil. É prioritário o programa de lotes urbanizados, de autoconstrução, de melhoria das habitações e obras de infra-estrutura. Os projetos de saneamento com tecnologia simplificada são preferidos para efeito de financiamento.

Em 1985, foram liberados 750 bilhões de cruzeiros para projetos, principalmente em obras de urbanização e saneamento. Em 1986, estão previstos recursos de 5,2 trilhões de cruzeiros para construção de 152 mil moradias. A área de saneamento básico contará com 4 trilhões de cruzeiros, para atendimento com água e esgoto a cerca de 400 mil famílias em áreas urbanas, e para ampliação da oferta na zona rural.

Justiça e Segurança

No projeto Mutirão Contra a Violência, lançado em 1985, destaca-se o programa Ruas em Paz, que procura melhorar e modernizar os serviços de segurança pública, a fim de combater a violência e a criminalidade, e oferecer melhores condições à população carcerária. Para esse programa estão previstos, em 1986, recursos no valor de 1,1 trilhão de cruzeiros.

Previdência e Assistência Social

O fato mais significativo no âmbito da previdência social foi a sua recuperação financeira. A expectativa de um déficit de caixa de 7,9 trilhões de cruzeiros não se confirmou, ocorrendo, na realidade, superávit da ordem de 6,5 trilhões de cruzeiros.

Esse desempenho resulta de um conjunto de fatores, entre os quais é difícil destacar o mais significativo. A economia cresceu e, com ela, o nível de emprego, o salário real e a massa salarial. Ao mesmo tempo, promoveu-se a antecipação do recolhimento de contribuições.

A racionalização administrativa e financeira, junto ao combate à fraude, também explicam os resultados alcançados.

A despeito da expansão dos serviços de reajustes no valor dos benefícios correspondentes a 100% do INPC para todas as faixas, houve diminuição de despesas da ordem de 2,6 trilhões de cruzeiros.

A assistência social, por sua vez, vem tendo, a partir de março de 1985, prioridade sem precedentes na história das instituições dessa área.

Em janeiro de 1986, a LBA lançou o programa «Primeiro: a Criança», destinado a aprimorar o desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças até 6 anos, integrantes de famílias com rendimento abaixo de 2 salários mínimos.

O programa atingirá, na primeira fase, 77 municípios das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, as capitais dos estados nordestinos, norte de Minas e Baixada Fluminense, com recursos da ordem de 1,93 trilhão de cruzeiros, correspondendo a quase o triplo de todo o orçamento da LBA em 1984.

A despeito dos resultados positivos e das recentes iniciativas de longo alcance social, o Sistema da Previdência Social ainda não é satisfatório. Por isso é indispensável que seja reexaminado, no que se refere aos serviços que presta e quanto à sua estrutura de financiamento.

Realizam-se estudos que visam, entre outros avanços, à efetiva extensão da previdência à população rural, à revisão das fontes de custeio — eliminando-se a contribuição dos aposentados — e ao aperfeiçoamento do sistema de pagamento de benefícios.

O reforço alimentar ao programa de creches, que contou com recursos de 78,8 bilhões de cruzeiros em 1985, já tem assegurados 300 bilhões de cruzeiros no Orçamento da União para 1986. As demais atividades serão financiadas com recursos do orçamento do SINPAS e de outras fontes.

Transporte Urbano de Massa

O Governo busca atender às populações de baixa renda com meios de transporte eficientes, baratos, caracterizando o transporte urbano como questão de política social. O programa mais importante volta-se para a modernização do transporte ferroviário metropolitano. Prevê-se para este ano o início da operação do novo sistema em Recife e em Belo Horizonte.

Os investimentos totais para 1986, nos transportes urbanos rodoviários e ferroviários, serão de 8,3 trilhões de cruzeiros dos quais 3,4 trilhões de cruzeiros já se encontram assegurados; o restante se refere a empréstimos externos em negociação.

Outra importante iniciativa foi a instituição do vale-transporte, ao final de 1985. Através de mecanismos de incentivo fiscal, o vale-transporte acarretará para milhões de trabalhadores significativa redução no custo do transporte entre a casa e o local de trabalho.

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Reforma Administrativa

O desempenho da administração pública é insatisfatório. Sua organização, seus métodos de ação e procedimentos de rotina são inadequados ao estilo de governo que buscamos implantar.

Para dar solução a esses desequilíbrios e distorções, que determinavam verdadeiro impasse administrativo, tomaram-se medidas de curto, médio e longo prazo.

Instalou-se, em julho de 1985, a Comissão Geral de Reforma Administrativa, a fim de rever todo o quadro de pessoal civil da União e a estrutura da administração direta e indireta. Pretende-se, dessa forma, corrigir os desajustes que hoje paralisam o serviço público, tornando-o oneroso, bem como eliminar eventuais paralelismos e conflitos de competências.

A revisão do regime jurídico do servidor público tem o objetivo de revitalizar a administração, hoje em franco processo de deterioração, e valorizar o funcionário, sobretudo concedendo-lhe justa remuneração. Nesse sentido, é de assinalar-se que, em 1985, teve início um efetivo processo de reposição salarial do servidor.

Houve também mudanças de comportamento e de gestão. Entramos em nova fase da vida administrativa do País, de austeridade no trato do dinheiro público, eliminando privilégios e benefícios indevidos, cortando despesas supérfluas. As despesas denominadas «mordomias» foram extintas, no País e no exterior. Decidiu-se reduzir ainda mais a despesa com pessoal e serviços de terceiros.

A máquina administrativa necessita profunda revisão. A administração indireta cresceu de forma incontrolável, enquanto a administração central perdeu eficiência e capacidade executiva. A reforma administrativa voltar-se-á para a universalização do acesso dos cidadãos ao conjunto de bens e serviços públicos essenciais, a alocação criteriosa de recursos — visando a ampliar e a melhorar os serviços prestados à população — e a descentralização desses serviços para outros níveis de governo, para a iniciativa privada e a própria sociedade.

É preciso reconhecer que administração é heterogênea e requer tratamento diferenciado. Assim, a reforma administrativa pretende criar as condições para que dirigentes de entidades tenham graus de autonomia diversos, compatíveis com as funções que desempenham.

Privatização

Para que a nova administração pública se torne realidade é preciso definir e delimitar, com clareza, as funções do Estado. Serão privatizados todos os empreendimentos que correspondam a uma ingerência espúria do setor público.

É de tal modo importante aplicar, com firmeza, o Programa de Privatização, que se considerou necessário criar um colegiado para esse fim. Serão transferidas para o setor privado, sob a orientação do Conselho Interministerial de Privatização, empresas que passaram para o controle direto ou indireto do Governo em decorrência de inadimplemento de obrigações, execução de garantias ou situações análogas; empresas criadas pelo poder público, mas cujo

controle pelo Estado não mais se justifique, por já existir, sob controle nacional, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e em condições de geri-las; subsidiárias de empresas, constituídas pelo poder público, que não sejam indispensáveis à execução dos objetivos da empresa controladora e importem injusta ou desnecessária competição com empresas privadas nacionais.

O Programa de Privatização prevê, para este ano, transferência para a iniciativa privada de 14 empresas, processo que deverá obedecer rigorosamente a procedimento e prazos fixados pelo Decreto nº 91.992, de 28 de novembro de 1985.

As empresas que permanecerem sob controle do Estado deverão adotar novos métodos de gerência, que as tornem mais eficientes e garantam plena austeridade no uso de recursos públicos. Empresários privados nacionais integrarão seus conselhos de administração — importante inovação, que contribuirá para maior eficiência operacional e controle rigoroso de seu desempenho.

Controle do Setor Público

Várias outras iniciativas tomadas em 1985 buscaram melhorar o controle da máquina pública. Esse controle, para ser eficaz, deve ser diferenciado, respeitadas as características próprias de cada conjunto de órgãos e entidades. Assim, os que exercem funções típicas de governo serão supervisionados pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, permanecendo sob controle da SEST (Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais) apenas aqueles de natureza empresarial.

A SEST foi autorizada a contratar serviços externos de consultoria para acompanhar a gestão das empresas estatais, com relação à sua eficiência, desempenho, operacionalidade e rentabilidade.

Foram criados dois conselhos para tornar mais adequada, coerente e racional a política salarial para a admi-

nistração pública. O Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais tem atribuição de estabelecer critérios e propor medidas para a política de remuneração direta e indireta de servidores e dirigentes, no País e no exterior, assim como de despesas de representação fora do País. Isto se fará tanto no âmbito das empresas estatais como no que se refere a organizações subvencionadas pela União ou concessionárias de serviços públicos. O Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos cuidará, por sua vez, da política de remuneração do pessoal ativo e inativo vinculado ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

O Governo da Nova República herdou um quadro orçamentário e fiscal insustentável. A despeito da alta centralização fiscal e da iniquidade do sistema tributário, a capacidade de arrecadação estava seriamente comprometida. A programação e o controle de gastos eram praticamente impossíveis, com os procedimentos orçamentários então vigentes.

O Orçamento Geral da União para 1986, submetido a este Congresso, representa passo decisivo para a unificação orçamentária e o reordenamento financeiro do Governo federal. Ao tornar explícito o déficit e proibir a criação ou o reconhecimento de despesas não previstas no Orçamento, assim como adiantamentos de recursos pelas autoridades monetárias ao Tesouro Nacional, a nova Lei de Meios constitui mudança real em direção a uma política mais coerente e democrática. Não teremos mais orçamentos supostamente equilibrados, a partir dos quais se realizam vultosas despesas extra-orçamentárias à revelia do Congresso Nacional.

Essas medidas precisavam ser complementadas por uma mudança institucional que permitisse o controle mais adequado do gasto público, tornando também mais visíveis os procedimentos decisórios a ele associados. Com esse objetivo foi criada, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional, mediante fusão da Secretaria Central de Controle Interno com a Secretaria Executiva da Comissão de Programação Financeira.

Reforma Tributária e Descentralização

No campo fiscal, a primeira iniciativa importante foi a reforma tributária de emergência, aprovada com ampla participação do Congresso Nacional e dos prefeitos brasileiros. Ainda em julho do ano passado, como resultado de ajuste tributário do plano federal e por força da partilha constitucional de receitas, estados e municípios puderam acrescentar a seus orçamentos recursos da ordem de 5 trilhões de cruzeiros, com desembolso previsto para aquele exercício fiscal e para os primeiros meses de 1986. Em continuidade a esse esforço foi aprovada pelo Congresso a Emenda Constitucional nº 27, que deu início à descentralização das competências tributárias e ampliou a participação dos estados e municípios na distribuição dos encargos públicos. Essa decisão, além de tornar disponíveis aos governos locais recursos adicionais da ordem de 8 trilhões de cruzeiros, constitui um marco inicial do processo de redefinição real das competências tributárias e mudança significativa no perfil do gasto público.

O processo de correção das distorções fiscais está longe de chegar ao fim e continuará sendo parte fundamental do programa de mudanças do Governo.

4. A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA

Viu-se obrigado o Governo da Nova República, logo ao instalar-se, a rejeitar proposta dos bancos internacionais, apresentada ao Governo anterior, para reescalonamento das amortizações da dívida externa com vencimento no período 1985-91. Em substituição ao acordo proposto pelos bancos internacionais, foram negociados acordos interinos para as amortizações vincendas, e acordos de prorrogação para as linhas interbancárias e comerciais. Além disso, manteve o Governo contato com agências multilaterais de crédito (BIRD e BID), visando a aumentar a disponibilidade de recursos externos. No que diz respeito ao Fundo Monetário Internacional, resolveu não negociar programa formal (*stand by*), porque isso exigiria ajustamento recessivo da economia brasileira. Tal programa aumentaria o desemprego e reduziria ainda mais o padrão de vida da população.

Em retrospectiva, vê-se que a decisão de rejeitar a proposta dos bancos e do Fundo Monetário Internacional foi correta. Em 1985, o País cresceu 8%; obteve saldo comercial extraordinariamente elevado; manteve nível de reservas internacionais em montante adequado para atender a

possíveis imprevistos no cenário internacional. Tudo isso sem sacrificar desnecessária e gravemente a população.

O Governo brasileiro, durante a reunião dos Conselhos de Governadores do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, realizada em Seul, em outubro, marcou sua posição, ao manifestar que entende ser a questão da dívida um problema político, que não será resolvido em prejuízo do crescimento econômico. Reafirmou a mesma postura na reunião do Grupo de Cartagena, promovida em Montevidéu em dezembro passado. Em suma: o Governo da Nova República decidiu que a dívida não será paga com recessão, e sim com crescimento. Afirmou também que qualquer solução duradoura para o problema é responsabilidade tanto de devedores como de credores, sejam eles países, sejam instituições, sejam bancos.

Ainda em 1985, quando da elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, o Governo reconheceu a existência de sérias complicações internas. Tais complicações originaram-se da política econômica adotada para gerar enormes superávits comerciais. Especificamente, o diagnóstico detalhado do I PND-NR demonstra que o Governo é o principal devedor no exterior, enquanto o setor privado é responsável pela geração de dívidas, daí por que o pagamento integral das obrigações externas contribui decisivamente para o desequilíbrio financeiro do setor público, eleva a taxa real de juros, prejudica o investimento e, em última análise, inviabiliza o crescimento econômico auto-sustentado a médio e longo prazos.

A percepção da questão dos pagamentos internacionais mudou substancialmente com a Nova República. Em linhas gerais, a solução duradoura para o problema da dívida externa leva em conta as seguintes diretrizes: (1) precedência do equacionamento de questões internas sobre questões externas; (2) prioridade absoluta para o crescimento econômico com orientação social; (3) recusa definitiva da recessão como instrumento de reequilíbrio dos pagamentos internacionais; (4) definição do problema da dívida externa como questão política, sendo o ônus do ajuste compartilhado equanimente entre o Brasil e seus credos-

res; (5) finalmente, o povo brasileiro não será sacrificado para contrabalançar as complicações econômicas resultantes da descoordenação das políticas macroeconômicas dos países industrializados.

Especificamente, o Governo pretende reescalonar a dívida externa e reduzir seus custos, a fim de garantir tempo necessário a que o País complete o ajuste estrutural e recupere a saúde financeira. As reformas econômicas indispensáveis à expansão das exportações e à substituição de importação serão feitas gradualmente, evitando-se os indesejáveis cortes na demanda e na produção. Em suma, o Governo reconhece ser impossível que medidas de política econômica aceitáveis corrijam rapidamente os desequilíbrios.

Para evitar a exacerbação das pressões que se originam das implicações internas da dívida externa, o Governo decidiu agir no sentido de reduzi-las — unilateralmente, se necessário — e garantir uma taxa média de crescimento de pelo menos 6% no período de 1986-89. O ajuste recessivo, a par de inaceitável, provou no passado ser ineficaz. Hoje é sabido que prejudicaria tanto objetivos nacionais como internacionais.

O problema da dívida externa será tratado politicamente e exigirá medidas extraordinárias por parte dos bancos, autoridades públicas e países devedores. Qualquer solução nacionalmente aceitável, portanto politicamente viável, deverá evitar impor encargo desproporcional ao País.

O Governo rejeitará propostas demasiadamente conservadoras, defensoras do *status quo*, e que até o momento impuseram quase que exclusivamente aos países devedores a responsabilidade pela correção dos déficits nos pagamentos internacionais. Rejeitará, também, como fez em 1985, o suporte por parte dos governos dos países desenvolvidos e do Fundo Monetário Internacional, enquanto atrelado a condições que determinem a elevada e prematura transferência de recursos para o exterior.

No que diz respeito à negociação com a comunidade financeira internacional, o Governo pretende agir com firmeza para reescalonar a dívida externa por período mais

longo, em bases politicamente aceitáveis, repudiando inclusive as elevadíssimas taxas de juros, comissões e *spreads* praticados nas operações realizadas em períodos recentes. Se necessário para garantir o crescimento, o Governo se empenhará para aumentar o fluxo de recursos à disposição do País e rever as condições impostas direta ou indiretamente pelos credores externos.

No início deste ano, o comitê assessor dos bancos credores concordou, em princípio, com o reescalamento dos vencimentos de 1985 por sete anos, e prazo de cinco anos de carência; com a retenção do principal devido em 1986, mediante crédito em conta intransferível junto ao Banco Central e, finalmente, com a extensão dos créditos comerciais e interbancários de curto prazo até março de 1987. As condições acertadas poderão ser revistas durante as negociações do próximo ano, tendo em vista reescalamento plurianual de maior abrangência.

O Governo está consciente da real natureza da retração do mercado financeiro internacional e não aceitará passivamente imposições excessivamente onerosas na esperança de restabelecer o fluxo desses empréstimos. Tais medidas, embora firmes e corajosas, não colocarão em dúvida a seriedade de propósitos e a credibilidade básica do Brasil, tendo em vista o extraordinário e bem-sucedido esforço de ajustamento realizado nos últimos anos.

IV. APÊNDICE
ESTATÍSTICO

BRASIL
Produto Interno Bruto
1980—1985

Anos	Total		Per Capita	
	Índice	Variação	Índice	Variação
1980 ²	100,0	7,2	100,0	4,6
1981	98,4	-1,6	96,3	-3,7
1982	99,4	0,9	95,1	-1,2
1983	96,2	-3,2	90,1	-5,3
1984	100,5	4,5	92,2	2,3
1985 ¹	108,8	8,3	97,7	6,0

Fonte: FGV — Contas Nacionais.

1 Estimativas preliminares.

2 Base: 1980 = 100.

BRASIL
Produto Interno Bruto — Taxas de Variação Setoriais
1980—1985

Setores	1980	1981	1982	1983	1984	1985 ¹
Primário	+6,3	+6,4	-2,5	+2,2	+3,2	+8,9
Secundário	+7,9	-5,5	+0,6	-6,8	+6,0	+9,0
Serviços	+6,9	-0,5	+1,8	-1,8	+3,7	+7,5
TOTAL	+7,2	-1,6	+0,9	-3,2	+4,5	+8,3

Fonte: FGV — Contas Nacionais.

1 Estimativas preliminares.

BRASIL
Emprego Industrial
1980—1985

Anos	Índice (1980=100)	Taxa de Variação
1980	100,0	—
1981	92,2	—7,8
1982	85,7	—7,0
1983	78,8	—8,1
1984	77,2	—2,0
1985	81,4 ¹	5,5 ¹

Fonte: IBGE.

¹ O ano foi estimado pela variação janeiro-outubro.

BRASIL
Taxas de Desemprego
1982—1985

Anos	Taxas de Desemprego	
	Desemprego Aberto	Desemprego Aberto + Conta Própria Sem Remuneração
Dezembro 1982	4,0	—
Dezembro 1983	5,6	6,8
Dezembro 1984	4,8	6,8
Dezembro 1985	3,2	4,0

Fonte: IBGE.

BRASIL
Salário Real
1980—1985

Ano e Mês	Salário Mínimo		Salário Médio da Indústria	
	Valor, a Preços de Novembro de 1985	Variação de 12 meses	Índice— Novembro de 1985 = 100	Variação de 12 meses
1980 — Média Anual	494.610	—	73,9	—
Maio	573.321	0,4	74,2	2,9
Novembro	559.296	0,9	79,5	1,0
1981 — Média Anual	500.678	1,2	79,9	8,1
Maio	572.919	0,1	79,6	7,1
Novembro	589.979	5,5	92,8	16,9
1982 — Média Anual	507.874	1,4	88,0	10,1
Maio	581.199	1,5	88,6	11,1
Novembro	599.367	1,6	101,4	9,0
1983 — Média Anual	467.637	-7,9	83,9	-4,7
Maio	570.298	-1,9	90,1	1,6
Novembro	535.805	-10,6	86,5	-14,7
1984 — Média Anual	435.991	-6,8	80,8	-2,5
Maio	541.288	-5,1	84,3	-6,4
Novembro	530.088	-1,1	92,5	6,9
1985 — Média Anual	453.984	4,1	88,0	7,6
Maio	587.964	8,6	89,3	5,9
Novembro	600.000	13,1	100,0	11,9

Fontes: Ministério do Trabalho e IBGE.

- Obs.: 1) O cálculo da média anual real foi feito deflacionando-se, mês a mês, os salários nominais.
- 2) À exceção de dezembro de 1985 que foi deflacionado pelo IPCA, os outros salários mensais foram deflacionados pelo INPC, índice vigente à época dos reajustes.
- 3) O salário médio industrial nominal dos meses de novembro e dezembro foi estimado pela variação janeiro-outubro.

BRASIL
Comércio Exterior
1980—1985

Anos	Exportações		Importações		Saldo	
	US\$ Milhões	Variação (%)	US\$ Milhões	Variação (%)	US\$ Milhões	Variação (%)
1980	20.132	32,1	22.955	26,9	2.823	0,1
1981	23.293	15,7	22.091	3,8	1.202	42,6
1982	20.175	-13,4	19.395	-12,2	780	-35,1
1983	21.899	8,5	15.429	-20,5	6.470	729,5
1984	27.005	23,3	13.916	-9,8	13.089	102,3
1985	25.639	-5,1	13.189	-5,2	12.450	-4,9

Fonte: CACEX.

BRASIL
Taxa de Variação dos Preços
1980—1985

Ano	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI)		Índice de Preços por Atacado—Oferta Global (IPA-OG)						Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA)	
			Total		Produtos Industriais		Produtos Agrícolas			
	Média Anual	Dezembro	Média Anual	Dezembro	Média Anual	Dezembro	Média Anual	Dezembro	Média Anual	Dezembro
1980	100,2	110,2	106,5	118,6	103,7	110,3	112,5	138,2	-	94,6
1981	109,9	95,2	108,2	90,5	109,6	99,6	104,4	70,7	98,6	92,7
1982	95,4	99,7	92,0	96,8	100,8	99,8	75,0	89,5	100,4	100,3
1983	151,5	211,0	168,2	238,3	142,7	200,5	231,3	335,8	133,3	164,4
1984	220,6	223,8	236,2	233,2	224,2	233,2	258,2	230,5	188,8	208,9
1985	225,5	235,1	228,9	234,6	225,2	221,1	237,3	267,7	224,6	233,7

Fontes: FGV e IBGE.

BRASIL

Dívida Externa, Reservas Internacionais e Indicadores
Relativos de Endividamento Externo

1980—1985

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985 ^a
1. Dívida Externa Bruta ^{1,2} (US\$ bilhões)	62,8	71,9	83,2	91,6	99,8	99,6
2. Reservas Internacionais ³ (US\$ bilhões)						
2.1 Liquidez Internacional das Autoridades Monetárias	6,9	7,5	4,0	4,6	12,0	11,9 ^a
2.2 Caixa do Banco Central	—	—	0,7	1,6	7,5	8,6 ^a
3. Dívida Externa Líquida ⁴ (US\$ bilhões)						
3.1 (1 — 2.1)	55,9	64,4	79,2	87,0	87,8	87,7
3.2 (1 — 2.2)	—	—	82,5	90,0	92,3	91,0
4. Exportação de Mercadorias (US\$ bilhões)	20,1	23,3	20,2	21,9	27,0	25,6
5. Juros Líquidos (US\$ bilhões)	6,3	9,2	11,4	9,6	10,2	10,4
6. Amortizações de Médio e Longo Prazos ⁵ (US\$ bilhões)	6,7	7,5	8,2	10,5	8,5	10,4
7. Serviço da Dívida/Exportações (5 + 6) / 4	0,65	0,72	0,97	0,92	0,69	0,81
8. Dívida Externa Líquida/Expor- tações (3.1 / 4) (3.2 / 4)	2,78 —	2,76 —	3,92 4,08	3,97 4,11	3,25 3,42	3,43 3,55
9. Custo Médio da Dívida Exter- na ⁶ (5 / 3.1) (5 / 3.2)	0,14 —	0,16 —	0,18 —	0,12 0,12	0,12 0,11	0,12 0,11

Fonte: Banco Central do Brasil.

1 Saldos de dezembro.

2 Inclui a dívida externa registrada e a não-registrada, deduzidos os haveres dos bancos comerciais no exterior.

3 Amortizações brutas. Inclui conversão de investimentos em empréstimos.

4 Juros líquidos/estoque da dívida líquida no final do ano anterior.

5 Preliminar.

6 Setembro.

V. ATIVIDADE SETORIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A consciência de que é necessário corresponder às grandes expectativas da sociedade durante a fase de transição inaugurada pela Nova República levou o governo federal, através do Ministério da Justiça, a concentrar esforços no aperfeiçoamento institucional e em ações capazes de concretizar as aspirações democráticas do povo brasileiro.

Sobressaem-se, entre essas ações, aquelas destinadas a rever toda legislação de caráter autoritário. Muito se avançou neste campo, destacando-se o trabalho das comissões, instituídas no âmbito do Ministério, que se dedicaram a rever as legislações referentes à segurança nacional, greves, liberdade de expressão, situação dos estrangeiros, combate ao tráfico de drogas, resguardo da privacidade do cidadão, meio ambiente, entre outras.

Constata-se, no entanto, que esse esforço, ainda que necessário e inadiável, não poderá alcançar por si só todos os objetivos colimados, devendo forçosamente culminar com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte. A ela caberá completar o processo e edificar novo arcabouço institucional e jurídico do País.

Por isso conferiu-se importância especial aos estudos e debates preparatórios da Constituinte, a que se dedica a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, integrada por 57 membros escolhidos pelo Presidente da República. Essa comissão vem recolhendo centenas de sugestões, auscultando as mais diversas correntes de pensamento, em todos os setores de atividade e regiões.

Parcela ponderável das ações voltadas para o aperfeiçoamento democrático encontra-se sob responsabilidade dos conselhos encarregados de zelar pelos direitos da cidadania; alguns, já existentes, foram revitalizados para que possam cumprir efetivamente suas funções; outros foram criados visando atender a áreas que careciam de instrumentos específicos. No primeiro caso, encontram-se o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, reinstalado a 10 de dezembro do ano passado, 37º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Conselho Nacional do Trânsito; o Conselho Federal de Entorpecentes; o Conselho Superior de Censura; o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. No segundo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Ampla programação, voltada para a solução de problemas mais específicos, encontra-se em implementação, destacando-se as atividades enfeixadas no programa «Mutirão contra a Violência», que inclui o projeto «Ruas em Paz».

No campo da segurança interna, ressalta-se a ação do Departamento de Polícia Federal, que se concentrou na prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao contrabando e à sonegação fiscal. Na área do trânsito, registraram-se atividades normativas, a cargo do Conselho Nacional de Trânsito, que visaram coibir o furto de veículos, simplificar registros e promover campanhas elucidativas e preventivas.

No tocante ao Ministério Público, deve-se destacar, na área trabalhista, a reorganização das procuradorias regionais e o apoio a seu funcionamento e a realização de estu-

dos sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Trabalho.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios concentrou-se, como é sua função, em apoiar as ações de combate à violência, dedicando-se ainda à realização de estudos com vistas ao aprimoramento da legislação pertinente.

O Ministério Público Militar atuou em consonância com a nova fase vivida pela Nação, tendo-se registrado inclusive queda sensível no número de relações processuais instauradas.

MINISTÉRIO DA MARINHA

A preocupação da Marinha em bem desempenhar sua missão institucional exigiu aplicação otimizada dos recursos existentes, com o objetivo de contemplar as atividades operativas sem descuidar da manutenção do patrimônio marítimo nacional e do cumprimento dos acordos internacionais firmados pelo País.

No que respeita à preparação, as unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais realizaram diversos exercícios e operações em nível nacional — inclusive com a participação de unidades aéreas da FAB — e internacional, quando atuaram em conjunto com belonaves argentinas, norte-americanas, uruguaias e venezuelanas. Em decorrência, as forças combatentes brasileiras alcançaram, em 1985, razoável grau de eficiência. Ademais, a Marinha contribuiu para a diplomacia brasileira, através da renovação de laços internacionais de amizade em diversos pontos da Europa, América, África e Antártida, fruto da viagem de instrução para guardas-marinha, realizada pelo navio-escola *Custódio de Melo*, e da viagem do navio de apoio oceanográfico *Barão de Tefé*.

Ainda nesse mesmo sentido, vale acrescentar que as prioridades estabelecidas no Programa de Reaparelhamento vêm sendo cumpridas, mediante incentivo à construção de navios de guerra no País — a partir de projetos desenvol-

vidos no Brasil — procurando, dessa forma, não só criar encomendas para os estaleiros como também diminuir os gastos com importação e, sobretudo, eliminar a indesejável dependência externa. Quanto à manutenção do patrimônio marítimo nacional, cumpre ressaltar que o patrulhamento do litoral tem inibido a prática da pesca ilegal por barcos estrangeiros não autorizados.

Com relação à estrutura de apoio em terra, embora a administração naval procure evitar a criação de novas organizações, fez-se necessária a implantação de dois serviços de sinalização náutica, um em Santana (AP) e outro em São Luís (MA), considerados imprescindíveis para a segurança dos navios destinados à exportação de manganês, bauxita, celulose, caulim, alumina e do minério de ferro extraído da serra dos Carajás. Em Manaus, foi criado um Grupamento de Fuzileiros Navais, indispensável à segurança da área do 4º Distrito Naval e garantia do uso dos rios Amazonas e Solimões e suas hidrovias secundárias.

Na área da ciência e tecnologia, a Marinha vem desenvolvendo seu Plano Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em que pese a falta de recursos, foram registrados avanços tecnológicos em alguns projetos, mormente nas áreas de construção naval, armamento, munição, acústica submarina, eletrônica, geociência, biologia, bioquímica e recursos do mar. No futuro, parte desses projetos serão entregues à iniciativa privada, para industrialização.

Como conseqüência da nova Convenção nas Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a plataforma continental do País poderá vir a atingir, em alguns trechos, largura superior a 350 milhas marítimas. Disso resulta a determinação do limite exterior de nossa plataforma continental. Para execução de tal tarefa, gigantesca face ao imenso litoral e à complexidade técnica envolvida para coleta de dados, o Ministério da Marinha deverá aparelhar-se com meios flutuantes necessários e adequados.

Outras atividades contribuem, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento econômico do País e para o cumprimento dos acordos internacionais firmados. Den-

tre essas destacam-se reparos e docagens de navios, embarcações e plataformas de petróleo no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e nas bases navais; fiscalização da frota mercante e da construção naval nacionais; salvaguarda da vida humana no mar e salvamento marítimo; levantamento hidrográfico do litoral e das hidrovias interiores; elaboração de cartas náuticas e publicações de interesse do navegante.

No que respeita ao desenvolvimento social, as ações da Marinha traduziram-se em medidas tomadas em benefício da população brasileira, como o apoio prestado às populações ribeirinhas da bacia amazônica e do rio Paraguai, pelas corvetas e navios-patrolha fluviais. Nesse mister tem sido também de grande relevância a atuação dos navios de assistência hospitalar *Carlos Chagas* e *Oswaldo Cruz*, guarnecidos pela Marinha e mantidos através de convênio com os Ministérios da Saúde e Previdência Social.

Finalmente, convém salientar os expressivos trabalhos realizados pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar no planejamento do Programa Antártico Brasileiro e na supervisão do Plano Setorial para os Recursos do Mar, bem como aqueles conduzidos pela Comissão Marítima Nacional com finalidade de propor diretrizes para estabelecimento de política marítima para o País.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

No cumprimento de suas atribuições constitucionais, o Ministério do Exército desenvolveu em 1985 diversas ações, merecendo destacar especialmente: preparação da Força Terrestre através, principalmente, de adestramento das unidades, grandes unidades e grandes comandos, e da proficiência dos recursos humanos, particularmente dos quadros permanentes; atualização do planejamento estratégico, visando ao preparo e evolução do Exército, segundo sucessivos horizontes de planejamento que alcançam o início do próximo século; elaboração de proposta setorial

relativa ao preparo de curto prazo, com ênfase no projeto «Força Terrestre 1990», visando a promover sensível aumento de operacionalidade, difundir a evolução doutrinária e tecnológica e reestruturar a Força Terrestre; proposta de nova organização territorial, aprovada pela Presidência da República em 15 de outubro de 1985; racionalização e modernização administrativas; adequação da estrutura orçamentária do Ministério do Exército, objetivando estabelecer relação ótima entre os recursos destinados a custeio e a capital; e apoio à indústria nacional de material bélico, com vista à modernização e reequipamento da Força Terrestre.

Para 1986, a ação do Ministério do Exército irá concentrar-se nos seguintes projetos:

a) instituição da nova organização territorial, a partir de janeiro de 1986;

b) início do estabelecimento do projeto «Força Terrestre 1990», no quadro do Plano de Estruturação do Exército (PEEx);

c) prosseguimento da execução das medidas relativas ao preparo, racionalização e modernização administrativa, envolvendo particularmente: melhor aproveitamento ou destinação dos aquartelamentos e imóveis do Ministério do Exército; modernização das unidades, grandes unidades e grandes comandos prioritários; extinção, desativação ou transformação de organizações militares, com remanejamento de pessoal e material; desconcentração de organizações militares atualmente sediadas em áreas de grandes adensamentos populacionais e sua conseqüente interiorização para áreas pioneiras de desenvolvimento e expansão demográfica;

d) incremento das atividades na área de ciência e tecnologia, em especial da pesquisa aplicada, visando à modernização e nacionalização dos equipamentos e material bélico;

e) início da criação da aviação do Exército e do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica;

f) prosseguimento das demais medidas e atividades desenvolvidas ao longo de 1985.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A participação da Nova República na política externa em 1985 começou com a viagem do presidente eleito Tancredo Neves aos Estados Unidos e a países europeus e latino-americanos. Foi o momento em que o Brasil apresentou-se ao mundo em sua nova condição democrática e em que se delinearão as linhas mestras da ação diplomática futura. Renovaram-se, então, compromissos tradicionais, voltados para soluções de paz e busca do desenvolvimento, e anunciou-se a disposição de participação ativa nos negócios internacionais.

Nas propostas centrais de política externa, configuravam-se duas preocupações básicas: de um lado, executar ajustes conceituais necessários à atmosfera internacional em crise e contexto interno em que processos de formulação deveriam atender aos anseios nacionais; de outro, adotar medidas que exprimissem a nova postura brasileira no sistema internacional.

As atividades diplomáticas ao longo de 1985 demonstraram que as oportunidades foram aproveitadas.

A condição democrática compatibilizou as proposições de reforma política e econômica internacionais com o projeto nacional de desenvolvimento com justiça social. Permitiu também exprimir o desejo de instituição de nova ordem internacional, de contornos democráticos. Coerente com essa condição, o Brasil aderiu aos Pactos sobre Direitos Humanos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos. Realçou-se o esforço para que os organismos multilaterais fossem realmente fatores de encaminhamento das grandes questões internacionais.

A presença do Brasil na abertura dos debates da Assembleia Geral das Nações Unidas teve não só o sentido de salientar a importância que o País confere aos trabalhos ali desenvolvidos, mas apresentar posições básicas da política externa brasileira. Enfatizaram-se a natureza política da crise do endividamento externo e a necessidade de

soluções acima do simples jogo das forças do mercado. Renovou-se a intenção do Brasil de cumprir seus compromissos externos, mas preservando seu processo de desenvolvimento social e econômico.

O diálogo com os parceiros latino-americanos foi intensificado. Em visitas ao Uruguai, Argentina, Venezuela, Colômbia e México — a este último em momento dramático da vida do povo irmão — afirmou-se de forma enfática, a expressão de solidariedade latino-americana. Procurou-se definir novo marco para propostas de cooperação e integração continental. Importantes entendimentos econômicos foram realizados, especialmente com Argentina e Uruguai, em tentativa de dar sentido concreto e operativo aos esquemas continentais de integração. O clima de distensão e confiança nas relações continentais encontrou significado na declaração sobre cooperação nuclear com a Argentina.

Ainda no plano bilateral há que mencionar a solidariedade à Bolívia, inclusive através de formas de assistência financeira, e a continuação de política de abertura em relação ao Suriname.

As crises enfrentadas, como a da América Central, afetam-nos em nossa condição latino-americana. À medida que se agravam, torna-se natural uma posição mais ativa no encaminhamento das questões regionais. A participação no Grupo de Apoio a Contadora, no Consenso de Cartagena e a atuação na OEA (Organização dos Estados Americanos) e no SELA (Sistema Econômico Latino-Americano) são exemplos de presença multilateral no continente.

Nas relações continentais, cabe ainda mencionar a abertura do processo de revisão do relacionamento com Cuba, com vistas à plena universalização de nossa política externa.

Quanto às relações extracontinentais, o sentido universalista ficou evidenciado na visita realizada à União Soviética, marcando início de diálogo político maduro com aquele país. Com os países ocidentais desenvolvidos, o relacionamento continuou a fluir de modo equilibrado, sendo um dos pontos altos a visita ao Brasil do Presidente da França. As relações com os Estados Unidos têm correspon-

dido à convocação de amizade que une os dois países; apesar de sujeita a fatores de controvérsias, têm invariavelmente sido encaminhadas pelas vias da negociação e do diálogo.

As relações com os países africanos, que sofrem o agravamento dos problemas econômicos, continuam a intensificar-se. Estão sendo estudadas alternativas inovadoras para que não se interrompam os fluxos comercial, de cooperação técnica e cultural. De outro lado, a política brasileira de condenação à questão racista da República Sul-Africana, objeto de decreto presidencial, determinou adoção de sanções estritas àquele país.

As relações econômicas com o Oriente Médio começam a apresentar lastro histórico. Na esfera política, acompanha-se com apreensão o desenrolar dos acontecimentos regionais.

Avançou-se em direção a um melhor relacionamento com os países da Ásia. A visita do ministro das Relações Exteriores à Índia, a presença no Brasil dos ministros das Relações Exteriores do Japão e do primeiro-ministro da China, são marcos de um processo que deverá intensificar-se.

No plano multilateral, uma das preocupações centrais tem sido a ordem econômica internacional. Diante da persistência de fatores adversos, tais como protecionismo comercial dos países ricos e altas taxas de juros, exerceu-se ativa diplomacia negociadora comercial.

Dada a importância para o Brasil do comércio exterior, houve presença ativa nos trabalhos do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). O recrudescimento de posturas bilaterais e protecionistas nos países desenvolvidos levou o Brasil a pautar-se pela defesa do sistema multilateral de comércio e pela crítica ao protecionismo que atinge as exportações agrícolas e de bens industriais.

No âmbito bilateral, cabe especial registro à ação empreendida com vista a reduzir tensões comerciais com os principais parceiros e incrementar o comércio com os países irmãos da América Latina. Envidou-se esforço para

intensificar trocas comerciais com a Argentina e o Uruguai, concretizado no que tange, respectivamente, ao trigo e a produtos agropecuários.

O relacionamento comercial com os Estados Unidos marcou-se pelo diálogo e busca de solução para problemas causados por medidas protecionistas em setores de interesse brasileiro, como siderurgia e calçados.

Referência especial deve ser feita ao Grupo de Cartagena, que lida com questões da dívida latino-americana. Já é consenso, entre os latino-americanos, que a solução adequada para a questão da dívida só será alcançada se houver ampla negociação política, e se essa negociação atingir a estrutura do sistema econômico internacional. Nesse sentido, foi importante a criação de um comitê de acompanhamento que permitirá aos latino-americanos melhor coordenação de suas propostas em matéria financeira.

Em suma, a diplomacia brasileira procurou enfrentar os grandes desafios do momento. Procurou renovar-se, sem abandonar as bases sólidas de princípios históricos; manteve sua vocação pacífica e lutou para que soluções diplomáticas equilibradas prevalecessem nos conflitos regionais. Ante a crise econômica, buscou quebrar barreiras protecionistas e não abandonou as propostas de longo prazo, de reforma estrutural do sistema econômico internacional, base para um processo real de distribuição de riqueza.

As perspectivas para 1986 estarão demarcadas pela mesma problemática de 1985. A diplomacia deverá vincular-se de forma ainda mais orgânica ao esforço brasileiro de desenvolvimento, que tem evidente componente internacional. Prosseguirá a luta por um comércio isento de barreiras, mais equilibrado, e pelas regras financeiras que não sejam impostas unilateralmente.

No plano político, manter-se-á a mesma atitude de sólida defesa de soluções negociadas para as crises regionais. E, sob o ângulo das relações bilaterais, deverão ampliar-se os contatos de alto nível com representantes de todos os continentes.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

As ações do Ministério dos Transportes em 1985 voltaram-se para formulação de soluções para problemas prementes, tais como: deterioração da infra-estrutura viária e dos terminais; necessidade de recomposição e aumento da eficiência operacional e gerencial do sistema; reativação do segmento do transporte aquaviário, inclusive fomento à marinha mercante; fixação de tarifas de transporte coletivo urbano, que onerem excessivamente usuários de menor poder aquisitivo; maior descentralização institucional e processo decisório participativo.

Nesse contexto buscou-se, a curto prazo, reforçar as dotações orçamentárias, alocando-as em projetos de inequívoca prioridade e rápido retorno econômico-social, ao mesmo tempo que se elaboravam diagnósticos para intervenção estrutural nos diversos segmentos modais de transporte.

Além disso, elaborou-se o Programa de Desenvolvimento dos Transportes Terrestres — PDTT, com diretrizes e metas para orientar as ações dos setores rodoviário e ferroviário.

Na área rodoviária, as atenções voltaram-se para restauração da malha federal. De um total pavimentado de 45 mil km, cerca de 12 mil km encontravam-se em mau estado e 18 mil km em estado regular. Em 1985, foram executados serviços de restauração em 1.700 km e, para 1986, as metas programadas são de 5 mil km de rodovias. No programa de construção e pavimentação, executaram-se, em 1985, cerca de 300 km de implantação e 280 km de pavimentação, com destaque para o início das obras da ligação Porto Velho — Rio Branco e para a conclusão das obras da Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves, em Foz do Iguaçu, ligando Brasil e Argentina.

Na área ferroviária, ressalta-se o início do programa de restauração de 6.700 km de linhas de bitola métrica nos principais corredores de transporte, além de intervenções seletivas em cerca de 2.500 km da malha do Nordeste e

melhoramentos na malha de bitola larga da região Sudeste. Destaca-se ainda o estabelecimento de acordo com o Banco Mundial, no montante de 200 milhões de dólares para intervenções em infra-estrutura e superestrutura das linhas dos corredores do Paraná e de Minas Gerais — Espírito Santo.

Ademais, buscou-se aumentar a eficiência operacional e gerencial de todos os segmentos, através de programas como os de Corredores de Exportação e Abastecimento e de Desenvolvimento do Transporte Intermodal, ressaltando a participação do usuário no encaminhamento de proposições, através dos conselhos especiais de usuários dos portos, ferrovias e companhias de navegação e na área rodoviária, da Câmara Brasileira de Usuários e Transportadores de Bens.

Quanto ao transporte aquaviário, além da conclusão de obras de infra-estrutura no porto de Vila do Conde, no Pará, a recuperação dos cais dos portos de Itaqui (MA), Maceió (AL) e Itajaí (SC) e a ampliação das instalações portuárias em Aratu (BA), Capuaba (ES), Ibituba (SC) e Recife (PE), modernizaram-se os equipamentos de diversos portos, adaptando-os às exigências do comércio internacional. De outro lado, foi dedicada atenção ao setor de vias navegáveis interiores, com execução de melhoramentos nos rios Madeira, Tocantins, Tapajós, São Francisco, Jacuí e Taquari, de forma a propiciar condições de movimentação de bens e pessoas.

Nos setores de transporte internacional e de cabotagem, examinaram-se as normas legais vigentes, com vistas à formulação de alternativas mais favoráveis sobre custos internos de transporte de mercadorias, no caso da cabotagem, e sobre competitividade dos principais produtos de exportação, no caso do transporte internacional.

Em termos de fomento à marinha mercante, foram desenvolvidas ações objetivando o reescalonamento das dívidas e a retomada do processo de contratação de novas embarcações. Algumas dessas medidas, como o reescalonamento das dívidas relativas aos navios graneleiros, já foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional. Espera-

se que, em 1986, o setor de construção naval encontre-se totalmente saneado e em condições de alcançar plena reativação.

Quanto aos transportes urbanos, a ação voltou-se para o atendimento às populações de baixa renda. Nesse particular, cabe ressaltar a instituição do vale-transporte. O trabalhador, de acordo com o projeto aprovado, passará a desembolsar somente 6% do seu salário no deslocamento residência-trabalho-residência, cabendo ao empregador a cobertura da parcela excedente.

Essa medida, de caráter facultativo, certamente constituirá importante instrumento para o bem-estar social das populações de baixa renda que, assim, poderão transferir para itens como alimentação e saúde a poupança oriunda da diminuição das despesas com transporte.

Tendo ainda como objetivo final as populações mais carentes, cumpre destacar a execução das obras de melhoramentos nos serviços ferroviários do Rio de Janeiro e São Paulo, que elevaram as movimentações diárias para 1,2 milhão e 0,9 milhão de passageiros, respectivamente, esperando-se que em 1986 sejam alcançadas capacidades diárias da ordem de 1,5 milhão e 1 milhão de passageiros, respectivamente.

Além disso, prosseguiram as obras de complementação da primeira fase dos novos sistemas de metrô de superfície de Recife e Belo Horizonte, que entrarão em efetiva operação, respectivamente, em julho e novembro de 1986, transportando, em cada caso, cerca de 200 mil e 120 mil passageiros/dia. Em Porto Alegre, as obras de ampliação dos serviços inaugurados em março de 1985 deverão permitir que, ao final de 1986, sejam atingidos níveis de 150 mil passageiros/dia. Tiveram continuidade também as atividades de apoio ao transporte por ônibus nas principais capitais e cidades de porte médio, que deverão ser intensificadas em 1986, através dos programas de Melhorias Físicas e Operacionais em Aglomerados Urbanos, Pavimentação de Vias de Baixo Custo em Áreas de Baixa Renda e do Programa de Investimentos em Transportes Urbanos.

Por fim, a atuação no setor em 1985 contribuiu para a descentralização tributária, através da recente alteração da estrutura de destinação das receitas da Taxa Rodoviária Única, substituída pelo Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, de cobrança estadual e com arrecadação repartida entre estados e municípios. Também, com a nova redistribuição do Imposto Sobre Transportes Rodoviários, o governo federal passa a dispor de 30% da arrecadação, ficando 50% para os estados, o Distrito Federal e territórios, e 20% para os municípios.

Tais medidas resultam de nova concepção da política tributária relativa ao setor de transportes. Acresce salientar, nesse mesmo sentido, recente decisão presidencial que, ao sancionar a Lei nº 7.451, alterou significativamente a sistemática de cálculo do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, criando condições para financiamento dos projetos federais de construção e conservação da malha viária, a partir de 1986. Além disso, esta decisão propiciará aos estados e municípios recursos a serem empregados em seus respectivos sistemas rodoviários.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

As principais atividades do Ministério da Agricultura, em 1985, foram:

— comercialização de safra: nos nove primeiros meses de 1985, foram aplicados 14,6 trilhões de cruzeiros, sendo 9,1 trilhões em aquisições de produtos correspondentes a um total de 7,9 milhões de toneladas;

— política de garantia de preços mínimos e Valores Básicos de Custeio: aprovaram-se Valores Básicos de Custeio (VBC) com variação nominal superior à inflação (os produtos destinados à alimentação apresentaram correções nominais de 240%); ampliou-se o período de correção dos preços mínimos para produtos básicos, de oito para nove meses;

— programa de investimentos: o Conselho Monetário Nacional aprovou destinação de 3 trilhões de cruzeiros para crédito de investimento à agropecuária;

— criação da Comissão Especial para Avaliação do Cooperativismo Nacional (Decreto nº 91.883);

— consolidação da Secretaria Nacional de Cooperativismo (Portaria Ministerial nº 49);

— Programa de Alimentação Popular (PAP): implementado pela COBAL, através da Rede Somar, consiste em cesta básica de 13 produtos não-perecíveis para atender à população de baixa renda, demandando recursos que em 1985 alcançaram um montante de 407 bilhões de cruzeiros;

— Parque Nacional da Chapada Diamantina: elaborada proposta para sua criação, de conformidade com os propósitos de preservação e manutenção da fauna e flora nacionais;

— piscicultura: visando ao desenvolvimento dessa atividade foram implantadas quatro estações de produção de alevinos — Lajes (SC), Chapecó (SC), Ipojuca (PE) e Uberlândia (MG);

— Inemet: foram alocados recursos para reequipamento, objetivando ampliar sua capacidade operacional na previsão de fenômenos meteorológicos;

— medidas relativas à estiagem: prorrogação dos débitos de custeio; ampliação por mais de dois meses do período de correção dos preços mínimos; crédito para manutenção de pequenos produtos no valor de até 3,6 milhões de cruzeiros por família; desburocratização do Proagro para agilização de operações de até 100 MVR;

— proposta de estabelecimento de programas de irrigação em áreas do Nordeste e Centro-Oeste;

— reforma agrária: criação de comissão, integrada por todos os órgãos da administração direta e indireta do Ministério da Agricultura, com o propósito de assegurar apoio integral ao processo de reforma agrária, através da alocação prioritária de recursos financeiros, materiais e humanos necessários à execução das atividades de apoio;

— política agropecuária: visando ao estabelecimento de nova política para o setor, foram feitas consultas à comunidade através de reuniões regionais;

— anteprojeto de lei para agrotóxicos: elaborado com base em ampla participação da sociedade, dispõe sobre produção, comercialização, uso, fiscalização, importação e exportação de agrotóxicos e seus componentes;

— programa de sementes: busca aumentar a oferta, com o intuito de atender à demanda nacional, com enfoque para a produção de alimentos básicos;

— planos de produção de alho, batata e cebola: com finalidade de normalizar a produção de hortícolas, para evitar as constantes crises decorrentes de excesso ou escassez de oferta;

— Plano de Expansão da Pecuária Leiteira: objetiva aumentar, em 15% ao ano, a produção e produtividade do rebanho leiteiro, através do melhoramento de pastagens e seleção de raças;

— *Jornal da Feira*: está sendo reativado, tendo em vista a divulgação de informações aos consumidores urbanos e rurais;

— aquisição da Granja Guanabara, proporcionando independência tecnológica na produção de matrizes de aves e redução de importações anuais equivalentes a 105 milhões de dólares em gastos com a compra de material genético;

— Centro Nacional de Defesa da Agricultura (em Jaguariúna/SP) foi instalado e posto em funcionamento, com a finalidade de desenvolver tecnologias que reduzam o uso de agrotóxicos e realizar avaliação dos resíduos no consumo humano;

— implantação, em Campinas (SP), do Centro de Tecnologia de Informática;

— Centro Nacional de Biotecnologia: iniciada a implantação, em Brasília, tendo sido firmados convênios com instituições francesas, norte-americanas e japonesas, para desenvolvimento de programas de biotecnologia no País;

— saneamento administrativo e financeiro do BNCC, Coalbra, Cobal e Cibrazem;

— Programa de Armazenagem Comunitária: objetiva prover condições aos pequenos produtores de alimentos básicos, organizados em grupos, para criar e gerir unidades comunitárias de armazenagem, permitindo-lhes maior acesso aos mecanismos de política agrícola e melhor inserção no mercado;

— Programa de Municipalização da Agricultura: procedeu-se à revisão do PMA, tornando-o compatível com a meta de atendimento à pequena produção de alimentos básicos;

— Criação do Núcleo Especial para o Desenvolvimento da Agroindústria: com vista a formular política de industrialização rural integrada à política agrícola e à política nacional de desenvolvimento rural.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Em 1985 as ações do Ministério da Educação basearam-se nas diretrizes, relacionadas a seguir, também aplicáveis à programação de 1986.

Expansão da Oferta de Vagas

Trata-se de prover recursos com o objetivo de aumentar substancialmente a oferta de educação fundamental, para garantir a toda a população de sete a 14 anos acesso à escola. Assim, os recursos normalmente destinados aos sistemas de ensino das unidades da Federação foram ampliados, através do Programa de Prioridades Sociais e outros voltados à melhoria dos serviços educacionais. As ações desenvolvidas com esses recursos propiciarão, a curto prazo, 308 mil matrículas adicionais, além de beneficiarem mais 103 mil crianças já atendidas pelo ensino de 1.º grau.

Merenda e Material Escolar

Objetiva-se o suprimento de carências alimentares, de material escolar e didático, para otimizar o rendimento escolar das populações menos favorecidas. A assistência ao estudante carente é prestada através das seguintes iniciativas:

- Programa Nacional de Alimentação, que atende prioritariamente aos pré-escolares e alunos de 1º grau, matriculados em estabelecimentos oficiais de ensino, através do fornecimento de refeições; em 1985, o programa atendeu a 21 milhões de estudantes matriculados na rede pública, ao custo global aproximado de 1 trilhão de cruzeiros;
- o Programa Nacional do Livro Didático, que tem por finalidade atender a estudantes carentes das escolas da rede pública de 1º grau, fornecendo-lhes livros didáticos gratuitos; após consulta aos professores, realizada em 1985, foram adotadas providências para distribuição de 37 milhões de livros a 25 milhões de alunos;
- Programa de Material Escolar, que busca atender aos alunos carentes da 1ª à 4ª série do 1º Grau, com distribuição gratuita de módulos e materiais escolares básicos; em 1985, foram alocados a esse programa 12,3 bilhões de cruzeiros.

Em reforço a essas iniciativas, o MEC desenvolveu ainda outros programas especiais como Salas de Leitura, Saúde Escolar e Bolsas de Estudos de 1º e 2º Graus.

Atendimento às Regiões mais Carentes

Do total dos recursos transferidos aos governos estaduais, 55% couberam ao Nordeste. Dentro do Programa de Atendimento Direto aos Municípios foram beneficiados 2.828, 42% dos quais localizados naquela região.

Melhoria da Qualidade do Ensino Básico

Tendo em vista que a melhoria do ensino não se alcança apenas mediante equacionamento dos componentes

educacionais (professores, instalações físicas, material didático, dentre outros), o Ministério da Educação, no que se refere ao 1º Grau, realizou o Dia Nacional de Debates sobre a Educação, «O Dia D». Para subsidiar decisões sobre o 2º Grau, criou o Comitê de Ensino Técnico, objetivando discutir e avaliar o ensino técnico industrial e agrícola.

Melhoria da Qualidade do Ensino Superior

Para equacionar os problemas referentes à universidade, foi instalada a Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior, cujo relatório final encontra-se em fase de discussão com os segmentos da sociedade interessados na questão. Implantaram-se ainda comissões em áreas específicas desse nível de ensino, com o objetivo de identificar problemas e propor medidas que elevem seu padrão de qualidade. Iniciou-se um processo gradual de recuperação da infra-estrutura física — laboratórios e acervo bibliográfico — e procedeu-se à uniformização dos planos de cargos e salários do pessoal docente, técnico e administrativo das fundações universitárias mantidas pelo Governo. Foram assegurados também ganhos reais ao pessoal remunerado pelas universidades federais.

Às atividades de manutenção e investimento, o Ministério da Educação destinou recursos em termos nominais cinco vezes superiores aos de 1984 e lançou o programa «Nova Universidade», que tem por objetivo apoiar as instituições de ensino superior na criação de condições para melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Descentralização do Poder Decisório

À medida que se racionalizaram normas e diretrizes para a administração de programas educacionais, as unidades da Federação e os municípios assumiram maior poder de decisão em todo o processo de ensino. Foi-lhes dispensado tratamento diferenciado, com oportunidade de autodeterminação quanto às decisões políticas e estratégicas sobre o desenvolvimento de seus sistemas de ensino.

Por força do Decreto n.º 88.374/83, que destinou 25% do salário-educação (quota federal) a programas municipais e intermunicipais, as prefeituras vêm submetendo seus projetos ao Ministério da Educação. Dos processos recebidos, 89,7% obtiveram parecer favorável.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Os compromissos assumidos pela Nova República fizeram com que mudassem as relações entre Estado e Sociedade. Uma das mudanças mais importantes foi a de recuperar o papel histórico do Ministério do Trabalho na função de resguardar os direitos dos trabalhadores, e assumir uma posição de equidistância na mediação entre patrões e empregados. Cabe destacar, nesse particular, medidas adotadas na esfera sindical, reconhecendo-se o direito do trabalhador em organizar centrais sindicais e o anistiamiento de dirigentes classistas cassados.

Há que ressaltar, contudo, que alterações significativas na esfera legislativa ainda estão por acontecer, como é o caso do anteprojeto de lei, formulado pelo Ministério do Trabalho e submetido a ampla discussão pública, que estabelece novos rumos para as negociações coletivas, associadas ao direito de greve e que fixa novos parâmetros para a solução dos dissídios, quando submetidos à apreciação do judiciário trabalhista.

Evolução dos Salários

Um dos principais desafios do novo Governo foi o de recompor o poder aquisitivo dos salários, buscando ao mesmo tempo diminuir as disparidades de renda. Para tanto, adotaram-se ações que evidenciam política implícita de renda, tais como: alterações no terreno trabalhista, visando a estimular a livre negociação; recomposição do salário mínimo real, objetivando recuperar seu poder de compra;

adoção de política de salários para o setor público, coerente com a necessidade de repor perdas acumuladas no passado; implementação de medidas de controle dos preços industriais e de serviços públicos, com o propósito de garantir efetivo crescimento dos salários.

Os efeitos desta nova postura governamental já se manifestaram: o salário real médio da indústria experimentou crescimento entre 8% e 15%, segundo informações da Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), respectivamente.

A política de salário mínimo também experimentou mudança significativa, no sentido de recuperar-lhe o poder de compra e diminuir as diferenças salariais; seu crescimento real foi de cerca de 10%, quando se compara o período de maio a dezembro de 1985 com igual período do ano anterior.

Evolução do Emprego

Em 1985, a economia brasileira apresentou expressivo dinamismo com respeito à geração de empregos, no seu núcleo mais estruturado. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, foram gerados cerca de 960 mil empregos no segmento urbano organizado, representando taxa de crescimento de 5% ao ano.

Além disso, estima-se que mais 740 mil ocupações foram criadas — 650 mil no setor urbano não-organizado e 190 mil no setor agrícola —, perfazendo um total de 1,75 milhão de novas oportunidades de trabalho criadas em 1985.

O expressivo aumento dos níveis de ocupação foi corroborado pela queda acentuada nos níveis de desocupação. Segundo informações da Fundação IBGE, levantadas nas seis principais regiões metropolitanas do País, a taxa média de desocupação foi 24% inferior à observada em 1984.

O Ministério do Trabalho empenhou-se em reduzir ainda mais o desemprego, mediante ações de apoio ao trabalhador, tanto no setor estruturado quanto no não-estruturado do mercado de trabalho. Nessa área, vale destacar a identificação profissional, onde as mudanças implantadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social implicaram substancial redução de custos; em 1985, foram emitidas cerca de cinco milhões de carteiras.

Com o mesmo objetivo, empreenderam-se esforços de identificação de ocupações, destacando-se nesse campo o serviço de intermediação do Sistema Nacional de Empregos, que atendeu em 1985 a aproximadamente 1,1 milhão de trabalhadores, colocando no mercado de trabalho 30% do total de inscritos.

No conjunto de ações desenvolvidas pelo MTb, vale ressaltar a execução de programa sob a responsabilidade dos estados e municípios, tendo como objetivo estimular a iniciativa local de interesse comunitário na implementação de pequenos projetos; encontra-se em fase de implantação, com montante de recursos já repassados da ordem de 50 bilhões de cruzeiros, devendo contemplar 138 projetos e beneficiar aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

Cabe, ainda, assinalar o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das camadas da população de baixa renda dedicadas a essa atividade. Foram celebrados convênios com vários estados, que permitiram aplicação de cerca de 2 bilhões de cruzeiros, atendendo diretamente a mais de 10 mil artesãos.

Formação de Mão-de-Obra

Em relação ao desenvolvimento profissional, buscou-se promover aperfeiçoamento e qualificação dos trabalhadores, empenhando-se o MTb em significativos esforços no sentido de garantir maior agilidade e ampliar as ações sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra. Nesse sistema, que é integrado pelo Senai,

Senac, Senar e outras entidades de treinamento, foram desenvolvidos estudos e pesquisas com objetivo de expandir as atividades de formação profissional, articulando-as a outras iniciativas análogas; implementaram-se projetos, como os de formação do jovem para o trabalho, treinamento e reciclagem de trabalhadores desempregados e formação para o trabalho em áreas de emergência, beneficiando 14.818 treinandos, com custo total de 2,7 bilhões de cruzeiros aproximadamente.

No que concerne ao Conselho Federal de Mão-de-Obra, procurou-se valorizar a formação profissional, em uma prática de ação conjunta, cooperativa e integrada com órgãos federais, estaduais e municipais e com organismos de formação profissional.

Quanto aos programas aprovados para a concessão de incentivos fiscais, previstos pela Lei nº 6.297/75, observou-se acréscimo de aproximadamente 56%, em relação a 1984. O número de empresas beneficiárias desse incentivo fiscal foi de 3.348 em 1985, empreendendo-se 4.185 programas de formação profissional, envolvendo mais de 4,5 milhões de trabalhadores.

Relações de Trabalho

A ação do Ministério do Trabalho nesta área deu-se no sentido de garantir espaço democrático que possibilitasse negociações diretas entre patrões e empregados. Pela primeira vez em duas décadas, sindicatos profissionais e patronais puderam exercer sua competência e força, enquadrando-se em modelo moderno e democrático, em que o Estado se afasta, definitivamente, de intervenções indevidas. Como reflexo dessa nova linha de atuação, em 1985 surgiram 268 novas entidades sindicais, totalizando ao final do ano 9.060 sindicatos, sendo 4.669 urbanos e 4.391 rurais.

Outra preocupação prioritária refere-se à preservação dos direitos da classe trabalhadora no que diz respeito às condições de trabalho exigidas legalmente ou contratadas.

Buscou-se introduzir alterações nos métodos e processos implantados pelo Sistema Nacional de Proteção ao Trabalho, simplificando seu processamento e descentralizando procedimentos e decisões, e objetivando, primordialmente, dar maior mobilidade à fiscalização trabalhista, alcançar maior número de empregados, aperfeiçoar o nível da qualidade das fiscalizações e do atendimento ao público.

Promoção Social

No que tange à promoção social, o MTb dedicou grande ênfase a uma série de atividades junto aos sindicatos, aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

A busca da valorização sindical, por meio de política destinada a proporcionar às entidades representativas de trabalhadores acesso a bens e serviços de saúde, traduziu-se em 1985 no suporte técnico e financeiro a essas entidades, com vistas ao aperfeiçoamento de suas estruturas administrativas e assistenciais.

Outra atividade que mereceu destaque nesse campo foi o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que opera na forma da Lei nº 6.321/76, que concede incentivo fiscal às empresas que dele participam. Em 1985, cerca de 3 milhões de trabalhadores foram beneficiados pelo PAT, com participação de 10.174 empresas. Do total de trabalhadores beneficiados, 77,14% situam-se na faixa salarial de até cinco salários mínimos.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Voltado para o cumprimento de sua destinação constitucional, o Ministério da Aeronáutica em 1985 norteou suas ações na busca dos seguintes objetivos: consolidação do poder aeroespacial; descentralização, racionalização e eficiência administrativa; desenvolvimento dos recursos hu-

manos, quanto aos aspectos moral, profissional, intelectual, psicológico e físico; fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea; desenvolvimento da infraestrutura aeroespacial; desenvolvimento integrado e harmonioso da aviação civil; realização de pesquisas, desenvolvimento e incorporação de tecnologia de interesse do setor aeroespacial; desenvolvimento da indústria e nacionalização do material aeroespacial.

Esses objetivos orientaram os esforços em todas as áreas de responsabilidade da Aeronáutica, impulsionando-as, de forma integrada e coerente, no interesse maior do País.

Em função da condicionante econômico-financeira e das recomendações governamentais, foram redimensionados projetos de grande vulto, o que possibilitou significativa economia de recursos, sem prejuízo das metas prioritárias.

Dentre os projetos principais merece destaque o que se refere à aeronave de combate (AMX), em consórcio com a Itália; o de estabelecimento do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro e o de implementação do Aeroporto Internacional de Guarulhos, operando com excepcional movimento de passageiros e carga.

As providências com vista ao reaparelhamento da Força Aérea destinaram-se a elevar sua capacidade de emprego, tanto pelo aumento numérico de aeronaves de aplicação militar, quanto pelo melhoramento da capacidade de apoio e de infra-estrutura.

A capacitação da indústria aeronáutica, incentivada pela ação governamental, permitiu melhores condições de participação nos mercados nacional e internacional, onde, mercê do elevado nível de tecnologia demonstrado, aumentou a perspectiva de colocação dos novos produtos.

Nessa área, verificaram-se contratos de fornecimento de aeronaves de treinamento militar T 27—Tucano para as forças aéreas da Venezuela e Inglaterra. Digna de registro é ainda a colocação de aeronaves Brasília, de transporte, nos sofisticados e exigentes mercados dos Estados Unidos e da

Alemanha, fatos que equivalem a ratificação da alta qualidade dos produtos aeronáuticos brasileiros.

Esse segmento da indústria, no que se refere à Embraer, faturou em 1985, 225 milhões de dólares, dos quais 142 milhões relativos ao mercado externo.

Ainda nesse setor, preparou-se a capacitação com vista à produção nacional de motores a reação, a partir do próximo ano.

A indústria de transporte aéreo atendeu às necessidades de transporte de passageiros e carga, além de participar ativamente no mercado internacional.

Na área de pesquisa e desenvolvimento, os projetos de interesse aeronáutico, espacial e de sistemas bélicos tiveram prosseguimento satisfatório, ressaltando-se a fabricação do primeiro protótipo industrial de uma encomenda de 10 radares meteorológicos totalmente nacionais.

De mais a mais, foi constante, em todas as áreas, a preocupação com o aprimoramento das atividades destinadas à capacitação e qualificação dos recursos humanos.

Programação para 1986

Para 1986, mantidos os mesmos objetivos e considerados os recursos disponíveis, as principais metas pretendidas são:

— conclusão das negociações com vistas ao reequipamento das unidades de defesa aérea necessárias, junto com o Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo em implantação, à cobertura da região Sul;

— incorporação de aeronaves reabastecedoras de alto desempenho, a partir deste ano, visando ampliar a capacidade operacional da aviação de combate e as possibilidades de transporte logístico;

— aumento da produção da indústria aeronáutica, estimando-se o faturamento, apenas da Embraer, em 420 milhões de dólares, dos quais 287 milhões para o exterior, além da conquista de novos mercados;

— criação de sistema de formação profissional para a aviação civil que atenda às necessidades do mercado de trabalho e contribua para a contínua elevação do nível de segurança e proficiência da aviação brasileira;

— estudo da rede básica das principais ligações brasileiras, para atendimento de transporte aéreo e maior número de localidades e expansão dos serviços às regiões menos assistidas por outros meios de transportes;

— incremento das atividades de qualificação e capacitação de recursos humanos e de pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia, indispensáveis à nacionalização progressiva de itens de interesse aeroespacial.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

As principais ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, em 1985, podem ser agrupadas como se vê a seguir:

Desenvolvimento da Infra-Estrutura e Reformulação Político-Institucional

Tendo como meta o estabelecimento do Sistema Único de Saúde, descentralizado, participativo e universalizado, adotou-se como estratégia central de Ações Integradas de Saúde (AIS), para melhor otimização de recursos e resultados. Os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e da Educação, governos estaduais e municipais integram-se em esforço contínuo para obtenção de resultados de maior alcance.

Essencial para a consolidação do sistema foi a transferência da Central de Medicamentos (Ceme) para o Ministério da Saúde, acompanhada de decisão de prestar assistência farmacêutica especialmente às populações de baixa renda, através da mini-Rename (Relação Nacional de Medicamentos), fornecendo-lhes 40 medicamentos essenciais.

Foi também elaborado e aprovado o Plano Nacional de Auto-Suficiência em Imunobiológicos — soros e vacinas —, que até 1990 eliminará qualquer dependência externa na área.

Visando ao controle da infecção hospitalar, foram criados, no período, 40 centros de treinamento em 22 unidades da Federação e 1.926 técnicos receberam treinamento, alcançando 722 hospitais do País, numa estratégia de descentralização e multiplicação do programa que prevê generalização de normas a todos os estabelecimentos hospitalares.

Controle de Doenças Transmissíveis

Esse empreendimento está incluído no Programa de Prioridades Sociais. Em 1985, no que diz respeito a campanhas de vacinação, foram realizadas 19 milhões de vacinações em um só dia, com cumprimento de 86% da meta. Sua estratégia terá continuidade em 1986.

A decisão política de erradicar a poliomielite e a raiva significou mudança na estratégia de vigilância epidemiológica e implicou busca ativa de casos e adoção de medidas eficazes de bloqueio. Outras doenças como sarampo, coqueluche e difteria também tiveram suas estratégias de controle revistas, redundando em maior cobertura vacinal.

O controle da tuberculose foi intensificado, de acordo com as normas em vigor, tendo sido diagnosticados 73 mil novos casos e aplicadas 7,9 milhões de doses de vacinas BCG. O programa encontra-se no momento estabelecido em 84% dos municípios brasileiros e é executado pelas Secretarias de Saúde.

A hanseníase foi objeto de avaliação em termos de importância e estratégia. Há, atualmente, 217.317 casos em tratamento, necessitando-se de processo específico para reversão da tendência de expansão. Um seminário nacional, com participação de especialistas, permitiu a adoção de medidas para controle da doença.

Vale mencionar, ainda, o grande empenho que tem sido desenvolvido em relação ao controle da AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), através de esclarecimentos à população, desenvolvimento de tecnologia para produção de diagnósticos e vacinas, bem como vigilância epidemiológica intensa.

Combate às Grandes Endemias

Em relação às endemias, cabe destacar ações de controle da malária, febre amarela e doença de Chagas. No combate à malária, melhorias operacionais decorrentes da alocação de recursos adicionais, bem como mudança de estratégia de borrifação, aliada a atividades de educação sanitária, possibilitaram, em 1985, atingir estabilidade da doença com relação a 1984.

Para controle da febre amarela houve alocação de recursos adicionais no valor de 42 bilhões de cruzeiros; intensificaram-se ações de combate à sua forma silvestre e tomaram-se providências para eliminação do risco urbano, principalmente na região do Grande Rio. Vacinaram-se no País cerca de 5,5 milhões de pessoas, podendo-se alcançar até o próximo ano a meta de vacinação de toda a população considerada sob risco.

Quanto à doença de Chagas, indicadores entomológicos demonstram redução drástica do principal transmissor da doença, o que permite prever sua erradicação nos próximos três a cinco anos. O aumento significativo de municípios incluídos na área de vigilância entomológica, no mesmo período, significa praticamente interrupção da transmissão da doença ao homem.

Controle de Doenças Crônico-Degenerativas

No combate ao câncer, consolidou-se o programa de controle da doença no Centro de Referência Nacional e realizou-se análise da situação epidemiológica, para estabe-

lecimento de diretrizes básicas. Foi realizado também levantamento da rede nacional de laboratórios de anatomocitopatologia para controle do câncer cérvico-uterino; estabeleceram-se como prioridades, além desse, os cânceres de mama, pele e boca.

Foram aprovadas diretrizes para controle da hipertensão arterial e criados grupos assessores para controle do alcoolismo e tabagismo. Convém destacar ainda a montagem do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, concedendo ênfase ao câncer, à hipertensão arterial e ao diabetes.

Saúde da Mulher e da Criança

As medidas operacionais levadas a efeito em 1985, resultaram no início da implantação do Programa de Saúde da Mulher e da Criança em 11 unidades da Federação, além dos serviços próprios de saúde do Ministério, que passaram a incorporá-lo no âmbito da Fiocruz, FSESP e hospitais vinculados à SNPES.

Na área específica da saúde infantil, cujas ações estão desenvolvidas em 50% da rede de serviços do País, foram distribuídos 15 mil envelopes de sal de reidratação oral; cinco milhões de folhetos sobre a terapia de reidratação oral; 40 mil manuais normativos para controle da diarreia; 10 mil sobre crescimento e desenvolvimento; 10 mil sobre aleitamento materno; 10 mil sobre infecção respiratória e 1,6 milhão de cartões de crescimento e desenvolvimento.

Além disso, cabe destacar ações de combate à fome e desnutrição, através da ampliação do Programa de Suplementação Alimentar (PSA), destinado a gestantes, nutrizes e crianças de até 35 meses pertencentes a famílias com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos. O programa distribuiu, em 1985, cesta básica composta de leite, arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca e açúcar em 1.518

municípios, beneficiando 3,7 milhões de pessoas, envolvendo aplicações de 800 bilhões de cruzeiros.

Vigilância Sanitária

Considerada prioridade pela atual administração, a vigilância sanitária passa por completa reformulação, não só de métodos mas de postura política em relação à proteção do consumidor, nas áreas de medicamentos, alimentos, saneantes e demais produtos de interesse para a saúde.

Atualmente opera com o Pró-Sangue e a SNPES, na parte relativa ao controle da infecção hospitalar, e responde pelo controle sanitário e epidemiológico dos portos, aeroportos e fronteiras.

Perspectivas para 1986

As etapas propostas para um novo Sistema Nacional de Saúde, cuja bandeira histórica tem a unificação dos serviços, incluem realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, elaboração e encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional e a instalação de debates objetivando especificar, no novo texto constitucional, o direito de todos à saúde.

Quanto à programação para 1986, tendo como referência e estratégia as Ações Integradas de Saúde, visamos principalmente: desenvolvimento e organização das redes estaduais e municipais de serviços básicos; enfrentamento das grandes endemias, especialmente malária, doença de Chagas e febre amarela; continuidade e ampliação do Programa de Suplementação Alimentar; incremento das ações de controle das doenças transmissíveis, especialmente as redutíveis por vacinas; retomada do programa de medicamentos essenciais pela Ceme; criação definitiva do Pró-Sangue no País; e incremento das ações de vigilância sanitária.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

O MIC, a partir de estudos desenvolvidos em articulação com os demais ministérios, concluiu proposta de implantação de processo de política industrial no País, que terá no Conselho Nacional de Política Industrial o órgão superior de formulação e condução, com participação paritária das classes empresariais e representantes dos trabalhadores na indústria.

Essa nova política orienta-se para dois objetivos principais: preservação e fortalecimento do parque industrial existente e conformação, a longo prazo, de novo padrão de industrialização, baseado na incorporação intensiva de progresso técnico como condição para geração de divisas e produção de bens.

O Conselho de Desenvolvimento Comercial está em vias de concluir estudos que fundamentarão a elaboração da proposta básica de política para o setor, a ser discutida com os segmentos empresariais e trabalhadores interessados.

Quanto à política tecnológica, o objetivo vem sendo ampliar o esforço privado nacional no domínio da tecnologia, na elevação da produtividade e na melhoria da qualidade dos bens e serviços industriais. Maior destaque caberá a três segmentos: promoção do aumento da eficiência na indústria, através da adequação da qualidade de produtos e processos; desenvolvimento de tecnologias de interesse social ou com impacto na balança comercial; fortalecimento da empresa nacional, através de adequação da infraestrutura laboratorial, em informações tecnológicas e de apoio técnico, em treinamento de mão-de-obra e incentivos.

A Siderbrás, para atender aos serviços da dívida do setor e garantir geração de recursos para auto-sustentação de seu crescimento, propôs adoção de plano de saneamento que considera os seguintes aspectos: política de preços, que em 1985 teve recuperação parcial, devidamente ajustada;

capitalização de parte da dívida, objetivando redução dos custos financeiros; garantia de recursos adicionais de financiamento junto ao Banco Mundial para investimentos, refinanciamento de parte dos juros e rolagem de financiamentos anteriores.

Vale ressaltar, ainda, medidas em curso para o processo de privatização de empresas produtoras de aços não planos, além da abertura de capital da Usiminas e dos trabalhos de identificação dos ativos não operacionais das demais empresas, com vistas à alienação.

O turismo vem mantendo crescente importância como atividade econômica criadora de divisas para o País. O Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo vêm, em decorrência de auditorias externa e interna, de natureza contábil-financeira e organizacional, cumprindo as seguintes determinações: revisão da legislação do setor turismo; fechamento de representações no País e no exterior; mudanças na sistemática de operação no exterior, passando a atuar articuladamente com o Itamarati e utilizando-se de instalações do Instituto Brasileiro do Café e do Banco do Brasil. Cumpre mencionar ainda que a contratação da Fundação Getúlio Vargas para prestação de consultoria organizacional promoverá a modernização da Embratur.

As média, pequena e microempresas mereceram especial atenção, no que concerne à definição de política de apoio e ao equacionamento da questão dos recursos financeiros. Objetiva-se que as empresas de menor porte tenham papel próprio a desempenhar no novo padrão de industrialização, ocupando espaços na produção de manufaturados, na provisão de serviços em mercados competitivos, e em atividades complementares às das grandes indústrias. Além da proposição de reformas legais, as ações de governo serão articuladas mediante apoio gerencial, crédito e tecnológico.

Como suporte à supervisão ministerial, foram realizadas auditorias interna e externa que, além de corrigir disfunções, inserem-se em objetivo complementar de readequação administrativa. Assim, a partir de processo de ava-

liação da máquina administrativa, deu-se início à extinção e absorção de órgãos como a Comissão Executiva do Sal, Conselho de Desenvolvimento das Média, Pequena e Microempresas, Conselho Nacional do Alcool, Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia e Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil.

Do mesmo modo, as delegacias do Ministério nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que funcionavam como apoio, serão desativadas, utilizando-se as instalações do Instituto Brasileiro do Café para esse fim.

Concluída a auditoria externa do Instituto do Açúcar e do Alcool encontra-se em andamento processo de adequação institucional da autarquia, com conseqüente criação do Conselho Nacional do Açúcar e do Alcool e elaboração de documento definindo uma política para o setor.

Complementarmente, estão sendo ultimados trabalhos que visam a transformação do Planalsucar em fundação de direito privado; a criação de conselhos regionais para administração dos recursos oriundos do Plano de Assistência Social; a desativação ou alienação da Companhia Usinas Nacionais; e o saneamento financeiro e racionalização administrativa do IAA.

Também o IBC passou por auditoria externa. Foi promovida profunda reformulação de processos e métodos administrativos, com vistas à eficiência da autarquia na coordenação e fiscalização da política do café. Deve contar, daqui por diante, com maior participação de produtores, exportadores, cooperativas e torrefadores, partes integrantes do conjunto de interesses de nosso produto básico de exportação.

As diretrizes para a política brasileira do café podem ser resumidas em três pontos: medidas de proteção ao produtor, visando à preservação da lavoura cafeeira e aumento da produtividade; estímulos ao produtor e cooperativas de café, com garantia de preços mínimos; defesa, no mercado internacional, da receita de exportação e, conseqüentemente, dos preços e quotas do café brasileiro na Organização Internacional do Café.

O MIC, através das instituições que atuam no segmento da produção da borracha, vem desenvolvendo ações para reestruturação e definição de uma política de desenvolvimento desse setor estratégico da economia. Acha-se em curso processo de avaliação da atuação do Conselho Nacional da Borracha, da Superintendência da Borracha e do Programa de Financiamento de Plantio de Borrachas Vegetais.

Foram também adotadas ações no sentido de aprimorar a máquina administrativa e conter despesas, principalmente com serviços gerais, administração e admissão de pessoal, concessão de passagens e diárias, prestação de serviços no exterior, transportes e celebração de contratos e convênios, que resultaram em menor necessidade de recursos adicionais do Tesouro.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

A ação do Ministério, durante 1985, envolveu a execução e prosseguimento de diversos programas nos setores mineral-elétrico, cumprindo destacar os citados a seguir:

Setor Mineral

Em 1985, garantiu-se continuidade do abastecimento nacional de petróleo e derivados, a custo menor em moeda estrangeira. Com a produção nacional de petróleo representando cerca de 60% do consumo, os dispêndios líquidos de divisa reduziram-se de 4,840 bilhões de dólares em 1984, para 3,927 bilhões de dólares.

A Petrobrás foi a empresa que mais operou equipamentos de perfuração submarina em nível mundial, com 37 sondas, as quais, junto às 47 terrestres, perfuraram no ano

1.589 mil metros, totalizando 1.055 poços. Essa intensa atividade permitiu a descoberta dos dois primeiros campos gigantes de petróleo do País, no litoral do Rio de Janeiro, com excelentes perspectivas de expansão da produção. O domínio da tecnologia de exploração em águas profundas levou a empresa a ocupar lugar de vanguarda no cenário mundial. Alcançou-se a maior produção de petróleo do País, com média diária de 564 mil barris — aumento de 18,5% em relação a 1984. Em dezembro, atingiu-se uma produção média de 608 mil barris/dia.

Os trabalhos de prospecção permitiram aumento de 7,5% nas reservas de petróleo e de 10,5% nas de gás natural. Além dos investimentos em campos produtores, em curto prazo, será instalado o sistema de produção do Pólo Nordeste da Bacia de Campos (100 mil barris diários).

O aumento da produtividade das refinarias possibilitou exportação de derivados, que contribuiu com quase 2 bilhões de dólares em divisas. A política adotada, de compra de petróleo de países que aceitassem em contrapartida produtos e serviços brasileiros, abriu novos mercados para o País. O sistema Petrobrás exportou, no ano, 3,7 bilhões de dólares, destacando-se a exportação de derivados para 31 países, sendo 654 milhões de dólares para os Estados Unidos, e o contrato de refino de 70 mil barris diários com a Nigéria.

A Petrobrás adquiriu, no mercado nacional, materiais e equipamentos no valor de 6,6 trilhões de cruzeiros, representando 90% das compras totais da empresa. Para 1986, espera-se uma redução da ordem de 700 milhões de dólares, pelo menos, nos dispêndios líquidos com importação de petróleo.

A Companhia Vale do Rio Doce apresentou produção da ordem de 74,7 milhões de toneladas e crescimento de 15,5% sobre o ano anterior, atingindo novo recorde. Merece também registro a produção de pelotas (15,9 milhões de toneladas) e, em especial, o transporte de cargas em volume superior a cem milhões de toneladas — recorde mundial obtido com o menor consumo específico de óleo combustível, sem qualquer investimento adicional.

Destaca-se em 1985 o início dos embarques experimentais do minério de ferro do projeto Carajás, cuja produção regular deverá ocorrer em 1986.

A balança comercial do setor mineral, incluindo petróleo, apresentou ganhos substanciais em relação a 1984, quando se registrou déficit de 1,4 bilhão de dólares, reduzido em 1985 para 0,6 bilhão de dólares. As importações minerais declinaram de 8,6 bilhões de dólares para 7,1 bilhões, sobretudo em razão da queda nas importações de petróleo.

Ênfase especial foi dada aos levantamentos geológicos básicos, com trabalhos de programação, análise bibliográfica e fotointerpretação geológica de 49 folhas, na escala 1:100.000, contemplando seis estados; conclusão dos mapas metalogenéticos e de previsão de recursos minerais, em 16 folhas, na escala 1:250.000, abrangendo nove unidades da Federação; prosseguimento na elaboração de mapas metalogenéticos e de previsão de recursos minerais em 68 folhas, na escala de 1:250.000, em oito unidades da Federação; continuação do traçado de seis folhas na escala 1:100.000, na área da Sudene (Projeto Mapas de Previsão de Recursos Hídricos Subterrâneos).

Setor Elétrico

As restrições de investimentos dos últimos anos, parcialmente em decorrência da prática de tarifas abaixo do mínimo legal, comprometeram o desempenho do setor, principalmente as áreas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica. Os programas de obras, com ênfase para a geração de energia, foram executados em ritmo lento, elevando os custos financeiros e indiretos. Além disso, vários projetos foram implantados simultaneamente, sem que houvesse uma necessária concomitância entre etapas constitutivas essenciais. Em particular, a redução de investimentos em transmissão comprometeu a eficiência do sistema interligado da região Sudeste e tem causado sérios transtornos no suprimento de energia à região Sul, sob forte estiagem desde agosto de 1985.

O Ministério das Minas e Energia, em razão das dificuldades que vêm comprometendo o desempenho do setor, adotou as seguintes medidas de curto prazo: horário de verão, supressão do fornecimento de energia por tempo determinado, eliminação ou redução de subsídios que afetam a estabilidade financeira do setor e aumento da geração nas usinas termelétricas a carvão e a óleo.

A médio prazo, prevê-se aprovação do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica que contempla soluções possíveis dentro do regime de escassez de recursos: saneamento econômico e financeiro setorial e redirecionamento das prioridades de investimento, com destaque para a construção de linhas de transmissão.

Procurou-se ainda fortalecer o sistema, com aprovação do Programa de Conservação de Energia Elétrica destinado a racionalizar o uso da eletricidade e orientar o planejamento setorial; adoção da tarifa horo-sazonal, com reflexos a médio prazo; redução do nível de inadimplemento intra-setorial, através da negociação e acordo entre empresas e Governo.

O setor elétrico deverá continuar merecendo especial atenção do Governo, com gradual reposição tarifária, a fim de que os investimentos não sofram reduções que comprometam o atendimento ao consumo projetado, com repercussões negativas na economia nacional.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Em 1985, o esforço maior do Ministério do Interior foi dirigido em favor de grupos populacionais e regiões prioritárias, coerentemente com a opção pelos pobres, marca do atual Governo. Suas ações, que corresponderam à aplicação de 11,3 trilhões de cruzeiros em 1985, voltaram-se para as regiões mais deprimidas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além dos bolsões de pobreza relativa incrustados no Sul e Sudeste do País. Para 1986, estão previstos gastos da

ordem de 80 trilhões de cruzeiros, com os mesmos objetivos.

Os principais programas e projetos em andamento ou com execução prevista para 1986, segundo os órgãos executantes, são:

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

A Sudene, transformada em autarquia especial através da Lei nº 7.388, promoveu a elaboração do I Plano de Desenvolvimento do Nordeste — PND, objeto de amplos debates, devendo ser encaminhado ao Congresso Nacional. A par disso, coordenou a elaboração e execução de programas e projetos, principalmente:

— Programa de Desenvolvimento do Nordeste (Projeto Nordeste), criado em abril de 1985, situando-se como estratégia básica para o desenvolvimento econômico e social da região; um de seus mais importantes segmentos, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP) tem por objetivo erradicar a pobreza absoluta do meio rural. Em um prazo de 15 anos, o PAPP prevê aplicação de recursos equivalentes a 12 bilhões de dólares, para atendimento a 2,8 milhões de famílias de minifundiários, posseiros, arrendatários, parceiros e assalariados. Até dezembro de 1985, foram liberados aos estados e órgãos executores 621,9 bilhões de cruzeiros. Para 1986, espera-se aplicação de recursos na ordem de 10,7 trilhões de cruzeiros. Tais aplicações deverão repercutir positivamente na economia regional, permitindo assentamento de 125 mil famílias e ensejando significativo incremento da produção de gêneros alimentícios.

— Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), criado em junho de 1985, objetiva irrigar um milhão de hectares, em período de cinco anos, exigindo 4,3 bilhões de dólares e possibilitando geração de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos. A proposta do programa está concluída e sua execução prevista para o corrente ano. O Proine

tem, para 1986, meta de irrigação de 93.000 hectares, com custo estimado de 6,2 trilhões de cruzeiros, gerando 210 mil empregos indiretos e produção agrícola de, aproximadamente, 40 mil toneladas de alimentos/ano.

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

As aplicações do BNB totalizaram, em 1985, 15 trilhões de cruzeiros. A Carteira de Crédito Rural despendeu 1,2 trilhão de cruzeiros (exclusive Projeto Nordeste e Proine), em 36 mil operações, sendo que 95 cooperativas beneficiaram-se dessas linhas de crédito. Cerca de 3,8 trilhões de cruzeiros foram desembolsados pela Carteira de Crédito Industrial, enquanto o segmento de infra-estrutura recebeu aplicações de 5,4 trilhões de cruzeiros. Nas operações de crédito geral — linhas comerciais e de curto prazo — o BNB emprestou 1,5 trilhão de cruzeiros e, finalmente, nas operações de câmbio o aporte de recursos somou 3,4 trilhões de cruzeiros.

Para 1986, estão previstas aplicações totais de 44,1 trilhões de cruzeiros, dos quais 3,6 trilhões de cruzeiros deverão ser destinados à Carteira de Crédito Rural, atendendo a cerca de 500 mil pessoas. As demais previsões de aplicações em crédito especializado atingem, em crédito industrial, 11,6 trilhões de cruzeiros e, em crédito à infra-estrutura, 14,1 trilhões de cruzeiros. As linhas de crédito geral do BNB deverão ter à disposição, em 1986, 4,4 trilhões de cruzeiros e as alocações para operações de câmbio deverão somar 10,3 trilhões de cruzeiros.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

A Sudam desenvolveu, em 1985, as seguintes atividades principais:

- conclusão da primeira etapa do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), abrangendo políticas global, espacial, setorial e institucional;

-
- aprovação de 47 projetos com incentivos fiscais, dos quais 34 de implantação e 13 de ampliação, mobilizando recursos de 1,3 trilhão de cruzeiros e propiciando criação de 11.406 empregos;
 - execução de 855 projetos, à conta do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), dos quais 135 nos cinco pólos da área de jurisdição da Sudeco e 720 nos 12 pólos da área da Sudam, com aplicação de 34,1 bilhões de cruzeiros. Para 1986, a Sudam deverá aplicar 195 bilhões de cruzeiros na execução desse programa.

Banco da Amazônia S.A. (BASA)

O saldo das aplicações globais do Banco da Amazônia, em 1985, foi de aproximadamente 4,7 trilhões de cruzeiros. Os créditos industrial e a infra-estrutura destacaram-se pela soma de recursos aplicados: 2,7 trilhões de cruzeiros. A carteira de crédito emprestou 156,6 bilhões de cruzeiros aos agricultores da região, enquanto as linhas de crédito geral apresentaram total aproximado de 243,6 bilhões de cruzeiros aplicados. As aplicações restantes foram de caráter não-operacional ou destinaram-se à carteira de câmbio.

A previsão de aplicações, para 1986, atinge 16 trilhões de cruzeiros, sendo que cerca de 1,5 trilhão de cruzeiros se destinará à Carteira de Crédito Rural. O crédito industrial terá um aporte de recursos de aproximadamente 3,5 trilhões de cruzeiros; o segmento infra-estrutural, 6,3 trilhões de cruzeiros; o crédito geral, 1,1 trilhão de cruzeiros; a carteira de câmbio, 2,1 trilhões de cruzeiros, ademais de aplicações não-operacionais.

Banco de Roraima S.A. (Banroraima)

O Banroraima aplicou, em 1985, cerca de 150 bilhões de cruzeiros, implicando incremento de 308,8% em relação a 1984. Desse total, 13 bilhões de cruzeiros foram

emprestados pela Carteira de Crédito Rural, enquanto o crédito geral aplicou 36 bilhões de cruzeiros. O crédito para infra-estrutura destacou-se pelo valor dos recursos alocados: 70 bilhões de cruzeiros, com aumento percentual de cerca de 348,4 pontos. As aplicações do Banco deverão alcançar, em 1986, 340 bilhões de cruzeiros.

Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco)

Sua mais importante realização em 1985 foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste. A par dessa atividade, a Sudeco vem desenvolvendo extenso elenco de ações, entre as quais cabe destacar:

- projeto «Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste», que compreende estudos do processo de ocupação e urbanização do Centro-Oeste, geração de emprego e renda regional, atividades produtivas, infraestrutura econômica e serviços básicos;
- elaboração da proposta inicial do Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste que prevê aplicação de 47 trilhões de cruzeiros no período 1986-90, em todo o Centro-Oeste e parte de Minas Gerais;
- revisão dos programas especiais de desenvolvimento regional — Polamazônia, Polocentro, Promat, Prosul, Geoeconômica de Brasília, Polonoroeste,

Em 1986, a Sudeco aplicará recursos da ordem de 1,3 trilhão de cruzeiros. Preponderante parcela destina-se ao Polonoroeste, para assentamento de 100 mil famílias.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

As políticas para telecomunicações, serviços postais, radiodifusão, tecnologia industrial de telecomunicações

subordinaram-se ao atendimento das grandes prioridades nacionais, refletindo o momento de evolução política.

O setor orientou-se para ações que contemplam o aspecto social das telecomunicações, dos correios e da radiodifusão.

Na área de telecomunicações públicas, merecem destaque os seguintes programas e projetos em execução:

— Programas de Implantação de Unidades de Uso Público, visando assegurar serviço telefônico aos segmentos mais carentes da população, mediante instalação de telefones públicos, semipúblicos ou comunitários nas áreas urbanas;

— Programa de Telecomunicações Rurais, com o objetivo de integrar ao Sistema Nacional de Telecomunicações as vilas e povoados que ainda não dispõem de serviço telefônico; o programa atenderá a mais de 10.500 localidades, beneficiando oito milhões de brasileiros, no período 1985-89;

— Programa de Comunicações Domésticas por Satélite, que permitirá o desenvolvimento de programas de grande alcance social, nas áreas de educação e agricultura; com a entrada em serviço do satélite Brasilsat em maio de 1985, o Brasil vem obtendo economia anual de divisas da ordem de 10 milhões de dólares, que atingirá 22 milhões de dólares em 1990;

— Programa de Digitalização do Sistema Nacional de Telecomunicações, que busca promover a transformação gradativa das atuais redes telefônicas, do tipo analógico, em redes digitais; a digitalização permitirá redução dos custos de instalação, operação e manutenção das redes e maior diversificação dos serviços prestados;

— Projeto Telestrada, objetivando proporcionar aos motoristas de ônibus e caminhões comunicação com assinantes do serviço telefônico em qualquer ponto do País; o projeto contribui para a segurança dos motoristas nas estradas e maior racionalização do transporte de cargas.

Na área dos serviços postais destaca-se o programa de interiorização, que prevê a instalação de quatro mil novos postos de correio rural no período 1986-89.

No que concerne à radiodifusão governamental, as atividades orientaram-se para a consolidação do sistema existente, buscando ampliar programação de interesse educativo-cultural.

No campo do desenvolvimento tecnológico e industrial destaca-se a transferência de tecnologia — desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás — para a indústria. Dentre outras, cabe citar a fibra óptica e a central digital de controle por programa armazenado, da família Trópico, ambas já testadas com sucesso no Sistema Nacional de Telecomunicações.

A cooperação técnica internacional e a promoção do comércio exterior propiciaram treinamento no Brasil a cerca de 500 técnicos da América Latina e África, nas áreas de telecomunicações e postal, e a realização de 11 missões de consultoria no exterior. Em decorrência, estão sendo concluídas contratações da ordem de 85 milhões de dólares, que poderão ser acrescidas, em 1986 e 1987, de 200 milhões de dólares envolvendo Angola, Argélia, Bolívia, Cabo Verde, Camarões, Chile, Costa do Marfim, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela. Tais contratos complementam as exportações tradicionais, normalmente situadas em 30 milhões de dólares por ano.

Dentre outros resultados obtidos pelo setor em 1985, vale destacar que:

— foram complementadas 10,2 milhões de chamadas internacionais, enquanto o tráfego local alcançou 16,1 bilhões de chamadas, representando aumentos de 24,3% e de 12,5% em relação a 1984, respectivamente;

— o número de aparelhos telefônicos em serviço alcançou 11,5 milhões, correspondendo a aumento de 4,9% em relação a 1984, enquanto a densidade telefônica (telefones por 100 habitantes) atingiu 8,8%;

— o número de telefones públicos no País chegou a 110 mil unidades, apresentando crescimento de 19,8% no mesmo período;

— ao final de 1985, 8.750 localidades estavam integradas ao Sistema Nacional de Telecomunicações, traduzindo acréscimo de 4,7% em relação ao ano anterior.

— o tráfego postal apresentou crescimento de 8% no mesmo período, transportando cerca de 4,7 bilhões de objetos;

— o número de unidades de atendimento postal foi ampliado para 9.990, representando acréscimo de 33,2% em relação ao ano anterior, especialmente em virtude da ênfase conferida à instalação de postos de correio rural, que somaram 2.400 unidades implantadas no período;

— na área de radiodifusão governamental, ampliou-se a programação própria da TV Nacional, sem aquisição de novos equipamentos, e das emissoras de rádio com a criação de programas para transmissão em rede nacional, especialmente noticiários, veiculados simultaneamente por 118 emissoras no País.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Foram definidas, a partir das diretrizes gerais do Governo, linhas prioritárias de ação para o período 1985-86, dentre as quais se destacam as mencionadas a seguir:

— *Reestudo do Sistema de Previdência e Assistência Social*, compreendendo:

- elaboração do anteprojeto de lei da previdência social rural, tendo em vista a efetiva extensão da previdência ao homem do campo;
- exame das contribuições previdenciárias dos aposentados;
- criação de grupo de trabalho para analisar o sistema utilizado pela Previdência Social quanto às fontes de financiamento, benefícios e serviços a serem prestados.

— *Racionalização e universalização do atendimento*, destacando-se:

- aperfeiçoamento do sistema de pagamento de benefícios, com ampliação do sistema de pagamento em conta corrente e implantação de cartões magnéticos;
- reajustamento dos benefícios em 100% do INPC para todas as faixas;
- aperfeiçoamento dos sistemas de atendimento médico-hospitalar;
- atendimento ao usuário em locais próximos de sua residência ou trabalho — Projeto Piloto RJ, abrangendo 76 postos de atendimento médico e 16 hospitais;
- reorientação dos sistemas de escala médica, porta de entrada e marcação de consultas;
- criação do sistema de carteira individual de saúde — Projeto Piloto RJ/Hospital de Ipanema; —
- melhoria das instalações destinadas aos usuários do INAMPS, envolvendo reforma, construção e reativação das unidades de assistência médica, bem como o reequipamento da rede para diagnósticos por imagem RX;
- desenvolvimento de projeto-piloto para incorporação de práticas não-alopáticas — homeopatia, acupuntura, fitoterapia, plantas medicinais;
- ampliação das Ações Integradas de Saúde somando recursos dos governos federal, estaduais e municipais, tendo em vista a universalização do atendimento médico;
- extensão da cobertura de atendimento médico ao meio rural;
- desenvolvimento do programa «Primeiro: a Criança», visando à ampliação do Programa de Complementação Alimentar e atendimento integral à criança de 0 a 6 anos, em creches-casulo.

— *Identificação de fraudes e irregularidades*, bem como adoção de medidas saneadoras, tais como:

- criação de comissão para acompanhar a apuração de fraudes e irregularidades;

-
- adoção de novos procedimentos, principalmente na área de processamento de dados, com finalidade de detectar e impedir novas irregularidades.

— *Democratização da gestão e valorização do servidor*, envolvendo:

- instalação de fórum permanente de discussão com entidades profissionais, associações de moradores e de servidores das unidades assistenciais;
- reestruturação dos organismos gestores das Ações Integradas de Saúde;
- proposta de criação do Conselho Nacional de Previdência e Assistência Social, com participação de trabalhadores, empresários, servidores e demais segmentos representativos da sociedade na gestão da previdência.

— *Descentralização administrativa e modernização do sistema*, ressaltando-se:

- dinamização dos setores de planejamento;
- implantação do sistema de orçamento regionalizado para atender às demandas e necessidades consoante programação prévia;
- estudos para revisão da estrutura organizacional do Sinpas e implantação de normas de administração na área de serviços gerais;
- estruturação do cadastro de segurados da Previdência Social;
- regionalização e interiorização das ações inerentes ao Sinpas;
- aperfeiçoamento dos critérios e métodos de controle de perícias médicas para concessão de benefícios;
- expansão do sistema de perícia médica para o Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- estabelecimento do sistema de manualização (normas técnicas) para hanseníase, doenças isquêmicas, epilepsia, neurose e tuberculose;

- aperfeiçoamento dos mecanismos de controle de pagamentos de serviços médico-hospitalares contratados;
- revisão da tabela de procedimentos do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Previdência Social;
- redução de despesas na ordem de 2,6 trilhões de cruzeiros, nada obstante a expansão de serviços e de melhoria dos reajustes;
- estabelecimento de uma tabela única de procedimentos em relação aos hospitais universitários e de ensino, contratados pelo Inamps;
- aperfeiçoamento do sistema de arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias;
- desenvolvimento do sistema de levantamento automático de débitos; retomada do processo de cobrança das contribuições previdenciárias em atraso e produção de relatórios de ação fiscal, a partir da conta corrente das empresas;
- aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, mediante cruzamento de dados e informações.

— *Recuperação financeira da Previdência Social*, meta à qual se deu ênfase especial, pois a partir de uma expectativa de déficit de 7,9 trilhões de cruzeiros para 1985, alcançou-se um superávit de 6,5 trilhões de cruzeiros no conceito de caixa (ou de 4,1 trilhões de cruzeiros no conceito orçamentário), tendo recebido da União apenas 60% do total repassado em 1984.

A situação da Previdência Social pôde ser restabelecida, substancialmente, em razão dos seguintes fatores: crescimento da economia, redução das despesas, aumento da arrecadação, combate sistemático às fraudes e desperdícios, e racionalização do processo de gestão administrativa e financeira.

MINISTÉRIO DA CULTURA

O Ministério da Cultura, recentemente criado, empenhou-se em estruturar-se, definir plano de trabalho e obter

recursos adequados à implementação dos objetivos setoriais do I PND-NR.

Adotando conceito abrangente de cultura, levou em conta a multiplicidade das formas de convivência social e a diferenciação regional. A visão pluralista não exclui — antes reforça — a busca de identidade cultural.

As propostas de reflexão e ação suscitadas despertaram interesse público pelas mais genuínas raízes etnoculturais da sociedade. Em 1985, alcançaram repercussão fatos como o ritual indígena do Quarup e o tombamento do sítio histórico que foi cenário do Quilombo de Palmares. Ressalte-se ainda a participação popular na festa da Independência.

No tocante à reestruturação administrativa, foram criadas secretarias autônomas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Ação Cultural, no quadro de rearticulação dos órgãos vinculados.

A ampliação dos recursos financeiros, por meio de créditos especiais, possibilitou a retomada da proteção e revitalização dos bens culturais, ao lado do incentivo à atividade criadora no campo das artes e cultura popular. Intensificaram-se as pesquisas sócio-antropológicas, históricas, filológicas e jurídicas.

Ademais, a alocação dos recursos observou a diversidade regional e sócio-cultural, bem como propósitos descentralizadores.

Algumas das novas áreas de atuação foram exercidas por assessorias especiais. Mencionem-se as referentes à cultura afro-brasileira, à cultura indígena e à política cultural da mulher.

Aprimorou-se a proteção ao artista e às práticas artísticas, através de medidas administrativas e mudanças na legislação. O Conselho Nacional dos Direitos Autorais (CNDIA) tornou-se mais representativo, com melhores condições para o exercício da fiscalização e assistência técnica e jurídica. Concedeu-se isenção fiscal à importação de materiais e instrumentos destinados à atividade artística.

Para 1986, foram estabelecidas prioridades que inclusive abrangeram novas frentes de atuação. Estão em realização estudos em torno de projetos de atividades culturais voltadas para a juventude, deficientes físicos e anciãos.

A política de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos busca aprimorar o quadro de servidores do Ministério, inclusive para tarefas técnicas como as referentes à conservação e revitalização do patrimônio, à biblioteconomia e à museologia, bem como incentivar e apoiar outras entidades na formação de pessoal envolvido na criação artística e artesanal. Aspecto inovador reside no treinamento de especialistas em administração da política cultural, a ser realizado mediante convênios com universidades.

Estão sendo negociados convênios para realização de tarefas conjuntas com o Ministério da Previdência Social, visando à assistência aos artistas; com a Embratur, para promoção de grandes eventos culturais e estímulo ao turismo cultural, com o Ministério da Justiça, para proteção aos museus.

Outro ponto será a descentralização da atividade cultural em favor dos municípios. Acha-se em curso pesquisa, em convênio com a Fundação João Pinheiro, com objetivo de criar uma consciência comunitária em torno do valor das tradições legais; incentivar manifestações culturais, especialmente de cunho artístico, nas próprias comunidades; colocar ao alcance das populações do interior produtos culturais mais significativos, gerados nos centros metropolitanos.

Dentro dessa linha de atuação, de âmbito nacional, vale mencionar o apoio à reforma e reaparelhamento de casas de espetáculo em todo o País, bem como às salas de projeção cinematográfica; desenvolvimento de projeto de apoio ao artesão; incentivo ao teatro amador e à criação de bandas de música nos estados e municípios; efetivação de política museológica, através da implantação do sistema nacional de museus; estímulo à difusão do livro, com fomento de edições regionais; automação da Biblioteca Nacional e sua integração ao sistema nacional de bibliotecas; incremento das pesquisas sócio-antropológicas sobre as re-

giões culturais brasileiras, preservação dos acervos bibliográficos e documentos, aí incluídos arquivos privados, em todo o território; resgate da História do Brasil a partir de universos sociológicos distintos: o negro, o índio, as comunidades imigrantes européias e asiáticas.

Terão prioridade a conservação dos bens incluídos no Patrimônio Cultural da Humanidade — Ouro Preto, Olinda, Salvador, Missões e Congonhas — e o projeto Alcântara, que envolve diversas instâncias governamentais.

O Ministério da Cultura prosseguirá no estímulo à criatividade favorecendo oportunidades de acesso aos bens culturais, às formas artísticas e à referência à dinâmica cultural. Para tanto, valer-se-á dos recursos do Tesouro e de formas de captação de recursos particulares, especialmente pela via do benefício fiscal.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Criado em 1985, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU) concentrou esforços em solucionar questão de natureza social e política que se afigurava um dos grandes problemas nacionais no início da Nova República: os reajustes das prestações da casa própria que, em função da queda do valor real dos salários, das elevadas taxas de inflação e de outras conseqüências da recessão, tornavam-se, de um lado, insuportáveis para os adquirentes de classes média e baixa enquanto, de outra parte, dado o alto nível de inadimplemento, colocavam em risco a própria sobrevivência do sistema.

A concentração de esforços nesse sentido, levada a cabo segundo parâmetros que privilegiaram a preservação do patrimônio dos trabalhadores e favoreceram a participação ativa dos envolvidos no equacionamento de soluções, re-

sultou em decisão que permitiu reajuste das prestações em 112%, índice sensivelmente abaixo da inflação no período, que atingiu 246%.

Procurando, por outro lado, não se restringir às ações emergenciais que as circunstâncias impunham, o MDU deu partida a um processo de mudança destinado a democratizar as instituições em seu âmbito de atuação e ampliar, com esse objetivo, as programações em curso.

Iniciou-se, assim, a reformulação dos Sistemas Financeiros da Habitação (SFH) e de Saneamento (SFS), bem como dos Conselhos Nacionais de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

A par da luta para enfrentar as questões emergenciais e da reestruturação promovida, empenhou-se o MDU, em esforço integrado com órgãos e entidades que lhe são vinculados — Banco Nacional da Habitação (BNH), Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) — em dar seqüência e intensificar as atividades em seu campo de atuação e, sobretudo, em fazê-lo segundo nova orientação que favorece a disseminação de benefícios para as populações de baixa renda, mediante adoção de soluções simplificadas e participativas, e esquemas flexíveis.

O BNH concentrou financiamentos habitacionais (98% do total) na área de interesse social. Foram atendidas 40.066 famílias, somando-se a isso a concessão de empréstimos através dos demais componentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, totalizando 85.275 financiamentos contratados, contemplando mais de 400 mil pessoas.

No campo do saneamento básico e ambiental, aplicaram-se cerca de 7,7 trilhões de cruzeiros, sendo 6,9 trilhões mediante operações contratadas pelo BNH e 700 bilhões sob responsabilidade do DNOS.

Destaque-se a importância conferida ao segmento de desenvolvimento urbano e ambiental no bojo do Programa de Prioridades Sociais, instituído pelo Governo da Nova República. Em 1985, esse segmento, que contava inicialmente com recursos orçamentários da ordem de 145 bi-

lhões de cruzeiros, foi contemplado com mais 3 trilhões de cruzeiros no segundo semestre, com a realização de investimentos de infra-estrutura urbana e habitação, em benefício exclusivo dos estratos populacionais de renda inferior a três salários mínimos.

Empenha-se atualmente o MDU em duas grandes vertentes de atuação. A primeira representa o desdobramento, no ano em curso, das atividades iniciadas em 1985 referentes à formulação de políticas nacionais de desenvolvimento urbano e de meio ambiente, em coerência com os postulados da Nova República. Entre outros aspectos, cumpre destacar que essas políticas têm como pressuposto a convergência com as demais políticas setoriais e com a política global de governo, cabendo ao MDU papel de integrar, articular e promover essa confluência. De modo análogo, é indispensável obter convergência entre as políticas estaduais e a política nacional urbana e ambiental, o que pressupõe pleno exercício da participação, em todos os níveis.

A segunda vertente refere-se à programação de desenvolvimento urbano e meio ambiente, sendo de destacar, em primeiro lugar, os seguintes aspectos da estratégia adotada:

- redução de custos de investimentos mediante uso de tecnologias apropriadas, flexibilidade institucional e participação das esferas estadual e municipal de governo, bem como das comunidades;
- utilização de mecanismos que assegurem às populações carentes acesso aos bens de consumo coletivo;
- capacitação dos governos estaduais e municipais para que melhorem seu desempenho no tocante ao planejamento e à gestão urbana e ambiental.

Assim, os programas urbanos e ambientais correspondem a três grandes grupos, como se resume a seguir:

Programas de Ação

- Regiões Metropolitanas, que objetiva contribuir para a redução das desigualdades sociais intra e intermetropolitana-

nas, beneficiando as áreas periféricas, além de apoiar o processo de planejamento metropolitano.

- **Fronteiras de Expansão**, com o fim de colaborar com o poder público estadual e municipal no fortalecimento de sistemas urbanos, na organização e oferta de equipamentos urbanos.
- **Áreas Urbanas Dinâmicas**, visando apoiar e reforçar o papel de cidades estratégicas para a organização espacial dos estados ou do País, melhorando a eficiência da rede urbana.
- **Descentralização e Associativismo Municipal**, objetivando estimular a formação de associações municipais em razão de interesses e problemas comuns e promover o tratamento integrado de regiões homogêneas.
- **Qualidade Ambiental**, promovendo atuação integrada em áreas rurais e urbanas, com objetivo de intensificar o controle da poluição dos recursos ambientais e melhorar a qualidade de vida.
- **Proteção de Ecossistemas**, com a finalidade de criar e manter unidades de conservação e estabelecer o zoneamento ambiental.

Programas de Suporte

- **Articulação Institucional**, com o propósito de implementar núcleo permanente de articulação entre as agências do Governo, promovendo a realização de ações conjuntas e a melhoria da distribuição espacial das ações governamentais.
- **Base Normativa**, visando a propor, acompanhar e debater legislações concernentes ao desenvolvimento urbano e ambiental.

Programas de Apoio Institucional

- **Gestão Urbana e Ambiental**, objetivando fortalecer, mediante aperfeiçoamento ou implantação de mecanismos ins-

titucionais e técnicas operacionais, as prefeituras municipais, com vistas à gestão urbana e proteção ambiental.

Reforma do Sistema Financeiro da Habitação

Quando da instalação do Governo da Nova República, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em geral, e o Banco Nacional da Habitação (BNH), em particular, viviam grave crise. Afora os problemas conjunturais, o SFH e BNH apresentavam deficiências estruturais sérias, de que resultava um saldo de realizações decepcionante.

A crise, em parte reflexo da própria recessão que atingiu a economia brasileira, resumia-se, pelo menos nos aspectos mais visíveis, no descompasso entre os índices de reajuste determinados para as prestações da casa própria — próximos às taxas de inflação — e os reajustes dos salários, sempre abaixo da inflação especialmente no período posterior a 1982.

A deficiência estrutural do sistema evidenciava-se na discrepância entre objetivos declaradamente sociais e realizações comandadas pelas regras de mercado. Até princípios de 1985, o Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional da Habitação haviam destinado para as classes de renda familiar mais baixas — até três salários mínimos — não mais que 5,1% do valor total de seus financiamentos, ao tempo em que concediam para as classes altas — de mais de 12 salários mínimos de renda familiar — 20,7% do mesmo total. Assim, entre 1964 e 1985 foram concedidos 4,4 milhões de financiamentos habitacionais, 66% dos quais através de contratos firmados por famílias com renda superior a cinco salários mínimos, que representam 33% do total das famílias urbanas. As de renda mais baixa, que em termos aproximados constituem 67% do total das famílias urbanas, foram beneficiadas com apenas 34% dos contratos.

Esses dois problemas — um conjuntural, revelador de crise, outro estrutural, sintoma de desequilíbrio mais permanente — abalaram a credibilidade do Sistema Financeiro

da Habitação e do Banco Nacional da Habitação. Medidas tomadas a partir de março estão, no entanto, permitindo reabilitar a imagem pública do sistema, capacitando-o a contribuir de forma relevante para a satisfação de necessidades sociais básicas, objetivo maior do Governo.

Para revitalização do sistema tem concorrido, antes de tudo, a recuperação dos níveis de atividade e de emprego da economia nacional.

Para superação da crise, especialmente no que respeita ao litígio entre mutuários e financeiras ligadas ao SFH, influenciou significativamente a decisão governamental de garantir, como opção aos mutuários, um reajuste anual de 112% nas prestações da casa própria. Isso, num contexto em que a inflação acumulada nos 12 meses precedentes havia superado 217% e a variação em valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ultrapassava 246%.

Além disso instituiu-se, em agosto de 1985, o Grupo de Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, composto de representantes de todas as entidades ligadas ao setor, com objetivo de apresentar soluções para as deficiências da política habitacional brasileira nos últimos 21 anos.

As recomendações gerais do grupo estão sendo submetidas a análise detalhada, para imediata implementação. Envolve medidas concretas destinadas a tornar o Banco Nacional da Habitação um órgão cujos financiamentos deverão voltar-se com exclusividade para aplicações de caráter social, seja na área de habitação, saneamento básico ou desenvolvimento urbano.

Essa reorientação do BNH exigirá uma maior alocação de recursos fiscais, a fundo perdido, destinados a aplicações em habitação, saneamento básico ou desenvolvimento urbano, caracterizando uma nova postura do Governo em relação a investimentos na área social. Não se pretende, contudo, deixar desatendidos os segmentos de renda média e elevada do mercado habitacional. Recursos capazes de atender às necessidades desse mercado, a taxas de juros não subsidiadas mas compatíveis com os financiamentos de longo prazo, continuarão a ser captados através das cader-

netas de poupança e alocados preferencialmente no setor habitacional.

O conjunto das medidas adotadas ou a serem implementadas nos próximos meses possibilitarão ao BNH e ao Sistema Financeiro da Habitação contribuir decisivamente para redução do déficit habitacional do País, especialmente no que concerne às classes de menor poder aquisitivo.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia constituiu, sem dúvida, conquista não apenas da comunidade científica, mas de toda a sociedade brasileira. Sua estruturação no curso desse primeiro ano possibilitou iniciativas que refletem mudança no estilo e na estratégia da política científica e tecnológica do País.

Em primeiro lugar, iniciou-se processo de recomposição e progressivo aumento dos investimentos em ciência e tecnologia para recuperação da capacidade produtiva do sistema, enormemente afetada em anos recentes. Para isso, foram alocados créditos adicionais, assegurando continuidade dos projetos de pesquisa e programas de capacitação de recursos humanos. Em seguida, foi elaborado e aprovado, para 1986, um orçamento de ciência e tecnologia que totaliza 4,3 trilhões de cruzeiros, o que representa aumento, em termos reais, de 30% em relação a 1985. Isso propiciará fortalecimento estrutural e financeiro das agências de fomento, reaparelhamento de institutos de pesquisa, aprimoramento de centros de pós-graduação e adoção de política de bolsas de ensino e pesquisa. Foram também tomadas medidas para constituir uma comissão especial, com objetivo de tornar viável a implementação de programa de recuperação do setor. Recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico serão mobilizados para atender a essas necessidades.

Ao ser criado, o MCT tornou-se o centro do sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico que, por sua vez, está sendo redefinido. O Conselho de Ciência e Tecnologia deverá ser reformulado, transformando-se em conselho interministerial, com representação da comunidade científica e atribuições de elaboração da política nacional.

Considerando que o setor demanda ação estratégica ordenada e que muitos resultados só começam a ser incorporados na estrutura sócio-econômica de um país em prazos médio e longo, e dada a limitação de recursos, o MCT iniciou ampla discussão, sobretudo com representantes da comunidade científica, que culminou no debate nacional «Ciência e Tecnologia numa Sociedade Democrática». Essa discussão teve em vista a elaboração do I Plano de Ciência e Tecnologia da Nova República, contribuindo para a proposta setorial do I PND-NR.

Procurou-se também, tanto na elaboração de programas quanto no encaminhamento das atividades do ministério, identificar áreas ou setores prioritários para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil. Cabe mencionar a criação de comissão interministerial, visando ao estabelecimento de proposta de ação estratégica para nossos materiais. A relevância desses materiais decorre do fato de existirem enormes reservas minerais, matérias-primas para obtenção de terras raras, nióbio, tântalo, tungstênio, etc., que são em geral exportadas *in natura* e processadas nos países industrializados. Como esses recursos são fundamentais para uma série de aplicações tecnológicas avançadas pela indústria aeroespacial, microeletrônica, de computação, de transporte, etc., acaba-se reimportando esses materiais, transformados em insumos adequados ao uso imediato.

A criação da Secretaria de Biotecnologia e a elaboração de política setorial para a área são também realizações do MCT. Entre as medidas nesse âmbito podem-se citar:

— Programa de Desenvolvimento de Fármacos, em convênio com a Ceme, visando à substituição de importa-

ções de antibióticos, hormônios, enzimas e vitaminas, hoje em torno de 350 milhões de dólares;

— programação básica de produção de alimentos, em convênio com o Ministério da Agricultura, que busca superar estrangulamentos pela aplicação de tecnologias avançadas;

— instituição, em conjunto com a Companhia de Saneamento de São Paulo, de centro de biotecnologia para disseminação de novas tecnologias.

Há que destacar, como fato maior, a consolidação da política nacional de informática, com instalação do Conselho Nacional de Informática e aprovação do plano nacional, bem como assinatura, em dezembro último, de decreto estabelecendo incentivos fiscais ao setor produtivo.

Comparado com países em pleno desenvolvimento científico e tecnológico, o Brasil praticamente não dispõe de mecanismos fiscais, creditícios e cambiais para desenvolvimento dessas atividades. Nesse sentido criou-se a Comissão de Incentivos ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o objetivo de avaliar a concessão de benefícios, promover estudos comparativos sobre mecanismos e instrumentos legais e administrativos em vigor em outros países e realizar pesquisas tendo em vista o aperfeiçoamento da legislação.

Dada sua natureza de órgão coordenador de política, o MCT assinou vários convênios interministeriais visando à aplicação dos avanços científicos e tecnológicos em medidas de caráter social, destacando-se:

— convênio com o Ministério do Interior para desenvolvimento de pesquisas adequadas às necessidades do Nordeste;

— convênio com a Finep e o Inamps para cooperação técnica e financeira visando a pesquisas de equipamentos hospitalares e aperfeiçoamento administrativo hospitalar;

— convênio com o Ministério da Agricultura e o INPE para sensoriamento meteorológico e previsão de safras mediante utilização de satélites.

Cabe ressaltar ainda o convênio assinado entre a Finep e a Fiocruz, concedendo 130 bilhões de cruzeiros para concretização de 80 projetos, que dará impulso novo à Fundação Osvaldo Cruz, como centro gerador de ciência.

A política de ciência e tecnologia também se beneficia com iniciativas de colaboração internacional entre países de interesses e problemas comuns ou complementares. Essa cooperação começou a concretizar-se através do acordo firmado entre Brasil e Argentina, no domínio da biotecnologia.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

As principais providências adotadas no âmbito deste ministério, em 1985, referem-se à elaboração e aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), após intenso debate nacional. A seguir em maio de 1986.

O PNRA, aprovado em 10 de outubro passado, foi o resultado de intenso debate nacional. Manifestaram-se expressamente sobre a matéria todos os ministérios, o Congresso Nacional — através de comissões da Câmara e do Senado, lideranças de bancadas e parlamentares —, os governos dos estados e territórios federais, assembleias legislativas, prefeituras e associações municipais, câmaras de vereadores, partidos políticos, instituições religiosas, entidades de representação civil, universidades, escolas, centros de pesquisa, associações civis, cooperativas, empresas, restando mencionar avultado número de contribuições pessoais à discussão do assunto.

Ao todo foram compulsados e analisados 765 documentos, entre moções de apoio, protestos, comentários, denúncias, solicitações e propostas alternativas.

A aprovação do PNRA representa marco histórico no esforço de implementação das mudanças que se revelam

necessárias e inadiáveis na estrutura agrária do País e constitui um dos mais importantes compromissos públicos do Governo na área social.

Sua estratégia global de intervenção no setor fundiário prevê, no período 1986-89, atendimento de aproximadamente 1,4 milhão de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Após sua aprovação, o ministério promoveu reuniões com todos os dirigentes regionais do Incra e órgãos centrais interessados, com vista à uniformidade de orientação para execução do Plano.

Além do PNRA, merecem menção os planos regionais de reforma agrária que representam, na prática, projeção do PNRA para as respectivas unidades da Federação. Entre outros aspectos, esses planos regionais incluem a definição das áreas necessárias ao assentamento, a determinação de objetivos, a hierarquização das medidas programadas nas áreas prioritárias e os limites das dotações a serem utilizadas.

Ademais da elaboração do PNRA, o ministério desenvolveu em 1985 os programas a seguir descritos:

Descentralização

Tendo em vista promover a descentralização administrativa, elevaram-se à categoria de diretorias regionais as divisões estaduais do Incra nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Espírito Santo. As providências foram tomadas com amplo aproveitamento de recursos materiais e humanos.

Apoio do BNDES (Finsocial)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social autorizou colaboração financeira não reembolsável, no valor de 26,5 bilhões de cruzeiros, à implementação de programas do Mirad nos estados da Bahia, Mato Grosso

do Sul e Paraná. Voltados para recomposição da capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais assentados em áreas de colonização oficial, estes programas beneficiarão ao todo 6.969 famílias.

Apoio Financeiro aos Estados

Com recursos do Bird, do Finsocial e do orçamento próprio, o Incra ofereceu aos estados, mediante convênios, no exercício de 1985, apoio financeiro num montante de 52,1 bilhões de cruzeiros.

A maior parte do apoio financeiro concentrou-se nos estados da Bahia (9,6 bilhões de cruzeiros), São Paulo (Vale do Ribeira — 6,2 bilhões de cruzeiros), Piauí (6 bilhões de cruzeiros), Pernambuco (5,9 bilhões de cruzeiros) e Alagoas (4,9 bilhões de cruzeiros).

Encargos da Dívida Agrária

O Mirad está desenvolvendo esforço com vistas à aprovação de medidas destinadas a aumentar a liquidez e consolidar a posição, no mercado financeiro, dos Títulos da Dívida Agrária, para atender ao custeio das desapropriações de imóveis rurais declarados de interesse social.

Além disso, estão sendo realizados estudos para modificação dos ordenamentos legais vigentes que estabelecem limites à capacidade do Incra quanto à possibilidade de colocar títulos em circulação, prevenindo inibições institucionais à plena execução das metas do PNRA para o período de 1986-89.

Para 1986 estão previstos recursos da ordem de 513 bilhões de cruzeiros para cobertura dos encargos da dívida agrária.

Situações Emergenciais

A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, entendida como instrumento de ação siste-

mática durante o processo de execução do PNRA, está sendo praticada, em caráter excepcional, em ações de comprovada emergência.

Essa hipótese compreende a solução de tensões de maior gravidade, no meio rural, além da situação de crise que envolve atualmente cerca de 50 mil trabalhadores rurais (mais de 10 mil famílias) acampados à beira de estradas, principalmente no Sul e Sudeste do País.

Os conflitos agrários predominam, geograficamente, nas áreas de fronteira agrícola e têm-se agravado na razão direta do ritmo de concentração da propriedade fundiária.

Pelos dados disponíveis, os conflitos que se verificaram em 1984 registraram média de 10 óbitos por mês, enquanto que em 1985 houve aumento da ordem de 170%, atingindo 27 ocorrências mensais.

Na estrutura do Mirad, foi criada uma coordenadoria especializada no trato dos conflitos agrários. Esse órgão vem atuando em estreita articulação com o Ministério da Justiça, tendo proposto, formalmente, a instituição de mutirão de combate à violência no meio rural e a criação de justiça agrária, mediante alteração constitucional.

Do início do Governo até 31 de dezembro de 1985, a área total de imóveis desapropriados foi de 201.046 hectares, beneficiando 7.058 famílias. São os seguintes os estados que tiveram maior área desapropriada: Mato Grosso, 56.050ha; Maranhão, 44.021ha; Ceará, 16.740ha; Bahia, 15.495ha; Paraná, 14.738ha; Santa Catarina, 12.577ha; Rondônia, 12.100ha; e Pará, 8.712ha.

Getat e Gebam

Com a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, os Grupos Executivos das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e para a região do Baixo Amazonas (Gebam), antes subordinados ao Conselho de Segurança Nacional passaram, na condição de órgãos autônomos, a vincular-se à nova pasta.

O Getat, com área de atuação no sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, executou, em 1985, as seguintes atividades principais:

- ações fundiárias: arrecadação, 1.191.653ha; demarcação, 1.234.879ha; assentamento, 2.334ha; desapropriação, 68.129ha; titulação, 1.097ha, correspondendo a 7.422 documentos de titulação;

- ações de promoção econômica e social: construção de estradas, 241km; recuperação de estradas, 609km; construção de unidades escolares, 45; reforma de unidades escolares, 7; construção de unidades de saúde, 5; perfuração de poços artesianos, 2; construção de quadras de esportes, 3.

O Gebam, cuja sede em Belém possibilitou maior eficiência no esforço de interiorização, firmou convênio com a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará para realização de estudo do aproveitamento agrícola nas várzeas do Baixo Amazonas. Outros dois convênios de grande alcance para a região foram celebrados com o BNDES: um para aplicação de recursos do Finsocial em projetos agrícolas, de saúde e de educação, e outro visando à construção de casas populares para agricultores ribeirinhos do rio Jari.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em 1985, deu continuidade aos estudos para fixação da política, estratégia e doutrina militares, bem como elaborou e coordenou planos e programas relacionados com as atividades comuns às Forças Armadas.

Dentre os aspectos mais importantes das atividades executadas no EMFA e órgãos subordinados, em 1985, cabe mencionar:

Participação no I PND da Nova República

O segmento militar contribuiu para a elaboração do documento que define prioridades e orienta as decisões básicas do Governo na aplicação de recursos financeiros federais, ao longo do próximo quadriênio. Essa formulação possibilitou a explicitação dos objetivos básicos para o setor militar brasileiro:

- estruturação de força militar dissuasória que possibilite ao País maior liberdade de ação política no plano internacional;
- capacitação das Forças Armadas para defenderem a integridade do patrimônio nacional e interesses brasileiros;
- preservação de suas funções básicas, reduzindo-se ao mínimo a participação das Forças Armadas em regiões ou atividades nas quais os setores civis da sociedade podem e devem estar presentes.

Realização do Exercício EMFA-85

O exercício EMFA-85 integrou a seqüência de exercícios conjuntos das Forças Armadas, com participação dos estados-maiores das forças singulares e de oficiais da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, tendo possibilitado:

- testar medidas necessárias à ativação da estrutura militar de guerra;
- avaliar e atualizar os planos operacionais do EMFA, e dos teatros de operações e suas forças;
- atualizar e aprimorar a doutrina militar, particularmente quanto ao emprego de forças combinadas e conjuntas;
- equacionar problemas comuns às forças singulares, relativos à mobilização e à logística;
- aperfeiçoar o sistema de comunicação de alto nível entre as forças singulares.

Montagem do Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações (C³I)

As medidas levadas a efeito em 1985 contaram com a participação do Centro de Análises de Sistemas Navais e abrangeram os seguintes aspectos:

- início da implantação de simulador estratégico no EMFA, o qual; além de permitir a realização de versões tecnologicamente atualizadas dos jogos interforças, servirá como embrião do Sistema C³I;
- formulação de conceito global do Sistema C³I, visando definir finalidades e abrangência, o que possibilitará especificação adequada de seus requisitos operacionais;
- estudo de sistemas semelhantes específicos ou baseados em tecnologia estrangeira.

Intensificação das atividades ligadas à ciência e tecnologia, as quais abrangeram basicamente três setores:

Cobae (Comissão Brasileira de Atividades Espaciais), fixando-se os meses de janeiro e fevereiro de 1989 para lançamento do primeiro satélite brasileiro, dentro do Programa Missão Espacial Completa Brasileira, bem como acelerando-se os projetos referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara, ao veículo lançador de satélites e ao satélite propriamente dito;

Ciscomis (Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite), cujos trabalhos culminaram com assinatura de convênio entre EMFA e Embratel, o que possibilitará especificar os aspectos técnicos do sistema visando atender a requisitos operacionais;

Comasse (Comissão Assessora de Assuntos Científicos e Tecnológicos das Forças Armadas), na qual continuam os trabalhos para compatibilizar projetos de pesquisa e desenvolvimento em setores de interesses comuns às forças singulares.

Revisão da Situação do EMFA na Estrutura Administrativo-Militar

Iniciaram-se estudos sobre o papel do EMFA na estrutura militar brasileira, abordando seu posicionamento, área de competência, natureza e alcance dos trabalhos de planejamento sob sua responsabilidade, entre outros.

Realização de trabalhos de estado-maior, abrangendo principalmente:

- doutrina militar brasileira;
- sistema de mobilização militar;
- manual de planejamento do EMFA;
- manual de transportes para as Forças Armadas;
- manual de defesa territorial;
- normas sobre elaboração de avaliações estratégicas;
- tabela de lotação de adidos militares brasileiros;
- relacionamento com adidos militares estrangeiros;
- cadastramento das indústrias de interesse militar;
- assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes;
- detecção e preservação do uso de tóxicos nas Forças Armadas;
- instruções reguladoras da execução do aerolevante;
- legislação sobre serviço militar, pensões e remuneração do militar.

Cabe ainda ressaltar as seguintes atividades:

- efetivação de contatos com autoridades estrangeiras, militares e civis, para intensificação de intercâmbio na área militar;
- participação na Sudene e Sudam, em consonância com a legislação em vigor, para avaliação dos aspectos militares das questões ali tratadas;

-
- realização de viagem à fronteira norte, visando inspecioná-la e verificar as condições de segurança;
 - realização de estudos visando transferir, para o EMFA, a administração do Território Federal de Fernando de Noronha;
 - criação da Ordem do Mérito Forças Armadas.

PROGRAMA NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO

As principais ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Desburocratização (PrND) podem ser assim agrupadas:

Desburocratização Participativa

Neste campo deu-se seqüência ao trabalho desenvolvido no sentido de identificar e propor a simplificação ou eliminação de certas exigências na burocracia, reduzindo em conseqüência os custos operacionais da máquina administrativa do Estado. Criou-se, em cada unidade governamental da administração direta e indireta, núcleo de estudos para propor ações desburocratizantes em suas áreas de trabalho.

O saldo altamente positivo foi fruto de articulação com entidades de classe, empresas públicas e privadas e com o cidadão através do Projeto «Fala, Cidadão».

Associativismo Produtivo do Pequeno Empreendimento

Ao iniciar a atual administração, o Estatuto da Microempresa já fora aprovado. Para sua efetiva implementa-

ção e introdução de aperfeiçoamentos necessários o PrND concentrou-se na difusão e distribuição de 25 mil exemplares do Manual da Microempresa, na cobertura de mais de 90% da população através de televisão e rádio e por meio de cerca de 200 encontros, congressos e seminários.

Foram realizadas gestões junto aos Ministérios da Fazenda, do Trabalho, da Indústria e do Comércio e da Previdência e Assistência Social, aos governos estaduais, aos bancos oficiais e privados e algumas prefeituras no sentido de regulamentar o estatuto e assegurar tratamento diferenciado e simplificado às microempresas nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial.

Todo apoio vem sendo dado à organização das associações de microempresas, as quais já se fazem presentes em praticamente todas as unidades da Federação, totalizando cerca de 120 entidades. Além disso, com o apoio direto do PrND, foi criada, em setembro último, a Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa para representar a classe em nível nacional.

A associação produtiva oferece ao pequeno empreendedor seja na agricultura, indústria, comércio ou serviços — facilidades de acesso a matérias-primas, insumos, instrumentos e equipamentos, armazenagem, comercialização, exclusão de intermediários, mercados, crédito e programas especiais de financiamento, mecanismos locais de fomento à produção, apropriação tecnológica, assistência técnica e outros.

Municipalização

O PrND empenha-se no fortalecimento da estrutura federativa do País, buscando — através de providências que envolvem desde revisão da carga e distribuição tributária até criação e adoção de formas de co-gestão comunitária de serviços públicos — a força participativa e produtiva que emerge dos municípios brasileiros.

Dadas as dimensões territoriais do Brasil, o trabalho de preparar as comunidades para assumirem o que lhes

compete só pode ser realizado mediante estruturação de sistemas não convencionais para sensibilização e treinamento do maior número possível de participantes da administração municipal. Foi, assim, firmado contrato entre o PrND e o Centro de Ensino Técnico de Brasília (Ceteb) para estabelecimento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Município (Pladem). Seus principais objetivos são a instrumentação de dirigentes municipais para identificar, analisar e solucionar problemas regionais e o aprimoramento das chefias operacionais e pessoal de apoio administrativo, respaldando-se na participação da comunidade, no uso de tecnologias apropriadas, na busca de soluções simples e criativas, respeitando as realidades e vocações de cada município.

Envolvendo 700 municípios, o Pladem conta com clientela de 32 mil treinandos, aos quais serão distribuídos 31 mil manuais para dirigentes municipais e 150 mil instrumentos de estudo.

Outra iniciativa é a criação de institutos de desenvolvimento municipal, que funcionam como pólo regional de desburocratização e centro de intercâmbio de experiências comunitárias, a serem implantados inicialmente em Sobral (CE) e Guarapuava (PR).

Desestatização e Desregulamentação Sócio-Econômica

O esforço desenvolvido pelo governo federal no processo de desestatização inclui revisão nos conceitos, de forma a permitir estabelecimento de metodologia de privatização aberta e eficiente.

No processo de desregulamentação busca-se reexaminar e eliminar, quando necessário, normas e resoluções conflitantes ou excessivas. Busca-se também, ampliar os fóruns de discussão, de modo que as decisões políticas e de Estado passem pelo crivo da opinião pública e pelo controle de sistema político-partidário, que incorpore o conjunto dos cidadãos, e não apenas as elites econômicas e burocráticas.

Projeto Fala, Cidadão

Este projeto visa à promoção da cidadania organizada, incluindo a mobilização de todas as formas democráticas de organização comunitária capazes de destruir a tendência desmobilizadora das políticas públicas, em cuja sombra fortifica-se e eterniza-se a burocracia.

O Projeto «Fala, Cidadão» estabelece canal de comunicação permanente entre o cidadão e o Estado. Sua institucionalização deu-se através do Decreto nº 91.614, de 4 de setembro de 1985.

Defesa do Consumidor

No âmbito dessa atividade, montou-se uma estratégia de ação calcada nos seguintes pontos básicos:

- apoio às associações de defesa do consumidor já existentes e fomento ao surgimento de novas entidades;
- estímulo à criação, por parte de estados e municípios, de sistemas de organização e defesa do consumidor (juizados de pequenas causas, ministérios públicos, delegacias de defesa do consumidor, etc.);
- criação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, com caráter de órgão de assessoramento direto ao Presidente da República na formulação e condução dessa política.

ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Mais do que decisão política, reformar passou a ser imposição da sociedade, que não mais se conformava com os custos de uma estrutura incapaz de acompanhar a modernização do País. Tornava-se indispensável enunciar

princípios, formular normas, sistematizar funções e racionalizar órgãos, características de uma administração pública federal eficiente, produtiva e acessível a todos.

Tal como concebida e vem sendo executada, a reforma administrativa produzirá resultados discutidos por entidades de classe, fundações e órgãos de representação da sociedade. Cada ministério ou entidade da administração direta e indireta está definindo metas, programas, atividades e concebendo estruturas organizacionais e funcionais na busca de flexibilidade que desencoraje a implantação de modelos uniformes e ortodoxos. Os trabalhos deverão ser coordenados por uma comissão para esse fim constituída, que já estabeleceu vários projetos prioritários, cabendo mencionar:

- projeto de lei orgânica da administração pública federal;
- projeto de reforma dos órgãos da Presidência da República e ministérios, entidades da administração indireta e fundações públicas;
- projeto de estatuto das estatais;
- projeto do estatuto dos servidores civis do Poder Executivo;
- projeto de lei sobre sistema de cargos, empregos e funções do Poder Executivo, bem como sobre sistema de remuneração de seus servidores;
- reformulação do Sistema de Planejamento e Orçamento;
- programa de implantação do regime de mérito, no ingresso e progresso funcional dos servidores;
- definição de políticas de administração financeira, orçamentária e contábil, no que se refere à programação, orçamentação, execução e avaliação de atividades, planos e projetos do Poder Executivo;
- informatização.

Procedendo à implantação dessas medidas adotaram-se outras, de emergência, em todos os âmbitos da administração, a começar pela introdução de regras de austeridade. As denominadas «mordomias» foram extintas, cabendo aos ocupantes de residências oficiais o pagamento de aluguel,

alimentação e empregados, entre outros itens antes custeados pelo Tesouro. Estabeleceu-se nova política de ocupação de imóveis funcionais, resultado de minuciosa pesquisa na qual pudemos constatar ocorrência de irregularidades, ora objeto de sindicâncias, bem como de providências visando evitá-las.

Na Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcep), foram extintos os tipos de remuneração indireta e implantada austera programação financeira, compatibilizando o fluxo de caixa com os recursos disponíveis.

A área de treinamento de recursos humanos executou projeto inovador — o Programa Básico de Treinamento do Servidor Público — destinado a atender gratuitamente, através de cursos de curta duração, aos servidores que, por falta de recursos, jamais participaram de atividades de treinamento. Ao segmento gerencial, ofereceu estratégia de atualização de dirigentes, abordando temas que projetam soluções para a questão da administração dos negócios públicos. Ressalte-se a ampliação da oferta de cursos de informática, que vêm sofrendo demanda crescente.

No tocante ao recrutamento e seleção, o Fundo Especial de Formação de Pessoal que se encontrava desativado desde 1982, passou a operar, possibilitando realização de quaisquer concursos no território nacional.

Empreenderam-se, também, projetos de pesquisas e estudos que ensejam participação dos segmentos da sociedade. Dentre eles, destaca-se o Fórum de Debates, destinado a lançar, em nível nacional, debates sobre temas importantes e atuais do setor público. O Fórum examinou exaustivamente o programa de reforma administrativa.

O projeto «História Administrativa do Brasil», que visa consolidar experiências da administração pública brasileira a partir do período colonial, foi reformulado e, através de convênios com a Universidade de Brasília, assegurou-se comercialização dos livros editados.

O relançamento da *Revista do Servidor Público*, de circulação suspensa, reabriu canal de comunicação com o servidor e beneficiários do servidor público. Além de infor-

mações técnicas, políticas e sócio-econômicas, concede destaque ao trabalho e reforma administrativa.

A preocupação com a administração correta dos recursos tem sido constante. Dos 2.112 veículos de representação existentes no País hoje circulam 243, representando, a preços de setembro de 1985, uma economia média mensal de 7.944 milhões de cruzeiros. Entrega-se agora o Governo à racionalização do uso dos veículos de serviço e da circulação de documentos.

A Central de Veículos Oficiais, em fase de implantação, visa atender à demanda de transporte de serviço no âmbito do governo federal, em Brasília. Trata-se de um *pool* de veículos vinculados a uma ou mais centrais administrativas a partir do DASP e ligadas entre si através de rádio VHF. Os carros de representação e serviço considerados prescindíveis estão sendo alienados em hasta pública e os recursos destinados aos programas sociais do Governo.

A criação do Sistema Nacional de Protocolo (Sinapro) permitirá ao cidadão localizar, rapidamente, os processos e documentos que lhe digam respeito, por telefone, e de qualquer ponto do Brasil. Permitirá também sistematizar os malotes, de modo a padronizar, facilitar e conceder segurança à circulação de processos pelos órgãos do Governo.

Na medida do possível, vem o Governo procurando atender às aspirações dos servidores públicos:

- aposentados e pensionistas, que vinham — como ainda continuam — com seus proventos e pensões defasados, tiveram reajustamento superior ao do pessoal em atividade;
- 130 mil servidores ameaçados de desemprego nas tabelas especiais tiveram a situação normalizada, passando a integrar a tabela permanente;
- diversas categorias funcionais foram reestruturadas e adequadas à atual política de administração de pessoal;
- institucionalizou-se a semestralidade nos reajustes dos vencimentos e vantagens do funcionalismo público federal.

Sem paternalismo, vem o Governo procurando estabelecer uma relação justa entre o cidadão, o servidor público e o Estado.